

ATA Nº4/2021

ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OURÉM, EM SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA VINTE E OITO DE JUNHO, DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E UM. -----

----- Aos vinte e oito dias do mês de junho, do ano de dois mil e vinte e um, pelas dezassete horas e trinta minutos, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Ourém, em formato misto: no edifício dos Paços do Concelho, de forma presencial, e videoconferência ao abrigo do disposto no n.º 1, do artigo 3º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março (versão atualizada), com a seguinte: -----

----- ORDEM DE TRABALHOS: -----

-----01 - Período de ANTES DA ORDEM DO DIA – (grelha Anexo A)-----

-----01.01 – Apreciação e votação da ata nº 03/2021 referente à sessão ordinária de 2021.04.28 -----

-----01.02 – Leitura resumida do expediente -----

-----01.03 – Atividade municipal – apreciação de uma informação do senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro -----

----- 01.04 – Intervenções de interesse local ou declarações políticas gerais -----

----- 01.05 – Período de intervenção aberto ao público -----

----- 01.06 – Apresentação e apreciação dos projetos vencedores da AJO 2021 -----

----- 02 - ORDEM DO DIA – (grelha Anexo B-2)-----

----- 02.01 – Apreciação e votação da proposta camarária – relatório de gestão e prestação de contas do Município referentes ao ano económico de 2020. -----

----- 02.02 – Apreciação e votação da proposta camarária – regulamento “Prémio Jovem Universitário”. -----

----- 02.03 – Apreciação e votação da proposta camarária – pedidos de isenção de taxas. –

----- 02.04 – Apreciação e votação da proposta camarária – Freguesia de Caxarias – pedidos de isenção do pagamento de taxas. -----

----- 02.05 – Apreciação e votação da proposta camarária – Freguesia de Urqueira – pedido de isenção do pagamento de taxas. -----

- **02.06** – Apreciação e votação da proposta camarária – Freguesia de Nossa Senhora da Piedade – proposta de protocolo. -----
- **02.07** – Apreciação e votação da proposta camarária – União das Freguesias de Matas e Cercal – proposta de protocolo. -----
- **02.08** – Apreciação e votação da proposta camarária – Freguesia de Fátima – proposta de protocolo. -----
- **02.09** – Apreciação e votação da proposta camarária – Freguesia de Fátima – proposta de protocolo. -----
- **02.10** – Apreciação e votação da proposta camarária – Freguesia de Nossa Senhora da Piedade – proposta de protocolo. -----
- **02.11** – Apreciação e votação da proposta camarária – P067/2021 – manutenção dos equipamentos de elevação do Município, durante 36 meses. -----
- **02.12** – Apreciação e votação da proposta camarária – P071/2021 – fornecimento de refeições escolares para o ano letivo de 2021-2022. -----
- **02.13** – Apreciação e votação da proposta camarária – P086/2021 – aquisição de veículo para serviço de recolha de monos. -----
- **02.14** – Apreciação e votação da proposta camarária – P090/2021 – requalificação urbana da EN113 – troço entre os limites urbanos e este da cidade de Ourém. -----
- **02.15** – Apreciação e votação da proposta camarária – transportes escolares dos alunos do pré-escolar, dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do secundário/profissional – ano letivo 2021/2022. -----
- **02.16** – Apreciação e votação da proposta camarária – programa de generalização do fornecimento de refeições escolares aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico – ano letivo 2021/2022. -----
- **02.17** – Apreciação e votação da proposta camarária – programa de expansão e desenvolvimento da educação pré-escolar – ano letivo 2021/2022. -----
- **02.18** – Apreciação e votação da proposta camarária – condições de contratação e funcionamento das equipas de intervenção permanente – proposta de protocolo. -----

----- **02.19** – Apreciação e votação da proposta camarária – alteração ao Plano de Pormenor da Tapada – versão final. -----

----- **02.20** – Apreciação e votação da proposta camarária – Sociedade Filarmónica Ouriense – proposta de protocolo. -----

----- **02.21** – Apreciação e votação da proposta camarária – proposta de adenda ao protocolo com a Freguesia de Alburitel. -----

----- **02.22** – Apreciação e votação da proposta camarária – procedimento de delimitação administrativa – Freguesia de Caranguejeira (Leiria) e União das Freguesias de Matas e Cercal (Ourém). -----

----- **02.23** – Período de intervenção aberto ao público. -----

----- Verificou-se a presença dos MEMBROS ELEITOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, senhores:-----

----- De forma presencial, no edifício dos Paços do Concelho: -----

----- João Manuel Moura Rodrigues – Presidente AMO -----

----- Ana Margarida Henriques Neves Vieira – 1.ª Secretária AMO -----

----- Valdemar Pinheiro de Oliveira – 2.º Secretário AMO -----

----- Nuno Manuel Pinto Dias – em representação do grupo municipal do Partido Social Democrata -----

----- Nuno Miguel Gonçalves Baptista Pereira – representante do grupo municipal do Partido Socialista -----

----- Paulo Alexandre Cancelinha de Sá – em representação do grupo municipal do CDS-PP -----

----- Catarina Borges de Faria -----

----- Filipe Remi Callebaut Mendes -----

----- Luís Henriques Bento -----

----- Vitor Oliveira Santos -----

----- Verificou-se a presença dos senhores PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA: ---

----- Freguesia de Seiça – Custódio de Sousa Henriques -----

----- União das Freguesias Rio de Couros e Casal dos Bernardos – Jorge Manuel Dias
Lopes -----

----- Participaram, por videoconferência, os MEMBROS ELEITOS DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL, senhores: -----

----- Martim José Rosado Borges de Freitas – representante do grupo municipal do CDS-
PP -----

----- Helena Santos Pereira – representante do grupo municipal do Movimento
Independente – MOVE -----

----- Alexandre Manuel Gaspar Faria -----

----- Estela José Nunes Silva -----

----- Cláudia Maria Pereira Campos -----

----- Alberto José Pires Caveiro -----

----- Paula Cristina de Oliveira Martins -----

----- Nuno Miguel Neves dos Prazeres -----

----- Vanessa Cristiana Gomes Ferreira -----

----- Na impossibilidade de comparecerem e conforme preceitua o artigo 78.º, da Lei n.º
169/99, de 18 de setembro (versão atualizada), fizeram-se substituir os membros da
Assembleia Municipal, senhores: -----

----- Manuel Dias das Neves, eleito na lista PS, foi substituído pelo senhor **Sérgio Filipe
Neves Oliveira** (presente em sala). -----

----- Avelino da Conceição Subtil, eleito na lista PS, foi substituído pelo senhor **Samuel
Reis Baptista** (participou por videoconferência). -----

----- Participaram, por videoconferência, os PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA,
senhores:-----

----- Freguesia de Alburitel – Engrácia Maria Vieira Marques Carriço -----

----- Freguesia de Atougua – António Henriques Pereira -----

----- Freguesia de Caxarias – Filipe de Frias Antunes da Graça -----

----- Freguesia de Espite – Dulce Raquel Lourenço Mateus -----

----- Freguesia de Fátima – Humberto António Figueira da Silva -----

----- Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias – Luís Pereira de Oliveira -----
----- União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais – Abílio Gameiro
Rodrigues -----
----- União das Freguesias de Gondemaria e Olival – Fernando de Oliveira Ferreira -----
----- União das Freguesias de Matas e Cercal – Virgílio Antunes Dias -----
----- Na impossibilidade de comparecerem e conforme preceitua a alínea c), do n.º 1, do
artigo 18.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, fizeram-se substituir, participando por
videoconferência: -----
----- Freguesia de Nossa Senhora da Piedade – Tesoureiro, **Susana Margarida Santos
Costa Pereira** -----
----- Freguesia de Urqueira – Secretário, **Manuel Dias Marques** -----
----- Em cumprimento do n.º 1 e n.º 3 do artigo n.º 48º, da Lei n.º 169/99, de 18 de
setembro (versão atualizada) compareceu o executivo camarário, conforme se especifica:-----
----- De forma presencial, no edifício dos Paços do Concelho: -----
----- Senhor Presidente da Câmara Municipal: -----
----- Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque -----
----- Senhores Vereadores em regime de permanência: -----
----- Maria Isabel Tavares Cardoso Justa de Sousa Costa -----
----- Rui Manuel Simões Vital -----
----- Por videoconferência: -----
----- Senhores Vereadores em regime de permanência: -----
----- Natálio de Oliveira Reis -----
----- Compareceram os Vereadores em regime de não permanência, senhores: -----
----- Por videoconferência: -----
----- Cília Maria de Jesus Seixo -----
----- Estela Augusta Rito Ribeiro -----
----- José Augusto Dias dos Reis -----

----- Deu início aos trabalhos desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, o senhor Presidente da AMO que, após a verificação da existência de quórum, declarou aberta a sessão, pelas dezassete horas e trinta e cinco minutos. -----

----- **ORDEM DE TRABALHOS:** -----

----- **01 - Período de ANTES DA ORDEM DO DIA** – (grelha Anexo A)-----

01.01 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA Nº03/2021 REFERENTE À SESSÃO ORDINÁRIA DE 2021.04.28 -----

-----O senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL submeteu à apreciação do plenário a ata referida em epígrafe, cujo texto foi, previamente, distribuído a todos os membros constituintes do plenário. -----

----- **Submetida a apreciação do plenário, foi a ata aprovada, por unanimidade, com o voto dos membros presentes na referida sessão.** -----

01.02 - LEITURA RESUMIDA DO EXPEDIENTE.-----

----- O senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL informou do seguinte: -----

----- Comunicação do Revisor Oficial de Contas, remetendo o “Parecer Anual (2020) do Auditor Externo” -----

----- Comunicação do senhor Elder A A Abílio, remetendo uma “Petição Pública – Regresso da Gestão da água e saneamento no concelho de Ourém à autarquia” -----

----- Comunicação da Câmara Municipal de Ourém, dando conhecimento da deliberação tomada em reunião de 19 abril 2021 – “Eleições autárquicas 2021 – utilização gratuita de espaços” (o senhor Presidente da AMO leu a deliberação camarária) -----

----- De seguida, solicitou a palavra, o membro da Assembleia Municipal, senhor NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA, expondo o seguinte: “Senhor Presidente da Assembleia, tenho uma pergunta dirigida a si e acho que este é o melhor ponto para o fazer. ---

Gostaria de comunicar o mau estar do grupo municipal do PS com a questão que aconteceu aqui, com as buscas da Polícia Judiciária. Gostava que informasse o possível sobre isso. Contactamos com as pessoas e dizem-nos sempre “os políticos são todos tralhas, coisas do género”, por isso, gostava que desse uma explicação possível sobre isto. Volto a dizer-lhe, diretamente, uma coisa que me têm dito a miúdo, depois disto, todas as pessoas ligam aquela questão, que foi publico nos jornais, a questão da pedra que está aqui à frente. Não posso deixar de lhe dizer. Somos os representantes do povo. Bem ou mal, fomos eleitos para isso. As pessoas fazem sempre essa ligação. Houve a aprovação de um procedimento especial que, seguindo as notícias, nunca seria aprovado no PDM existente, portanto, fizemo-lo especialmente e daí a uns tempos aparece aqui uma pedra dada por uma das empresas, aparentemente, visadas na questão. As pessoas fazem essa ligação. A mim, custou-me muito ouvir isso, sou sincero. Fica aqui a minha menção daquilo que as pessoas me vão dizendo. Também é importante fazê-lo.” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL expôs o seguinte: “Há cerca de um mês, penso que não foi exclusivo da Assembleia Municipal, foram vários locais, domicílios e junta de freguesia, Câmara Municipal, e também Assembleia Municipal, houve, de facto, buscas da Polícia Judiciária. Quando chegaram à sede da Assembleia fui contactado pelos serviços. Eu estava ausente da Assembleia, comuniquei diretamente com o agente responsável que estava na AMO, o qual explicou o motivo. O motivo tem a ver com aprovações que passaram em sede de Assembleia Municipal, nomeadamente, sobre aquilo que foram as declarações de interesse público municipal que a Assembleia deu, em dois casos particulares, duas pedreiras na Freguesia de Fátima. -----

Perguntei aos agentes se havia necessidade de me deslocar para qualquer eventual situação que ocorresse, disseram que a situação não tinha nada a ver com a Mesa da Assembleia Municipal, estando o Presidente dispensado. Dei instruções aos serviços para disponibilizarem tudo o que fosse necessário e que fosse requisitado para que os agentes da lei fizessem o seu trabalho na perfeição. -----

No final, levaram os documentos que entenderam. Teve a ver com as atas das comissões, teve a ver com as atas das sessões da Assembleia Municipal, alguns membros da Assembleia

Municipal. Teve, em exclusivo, a ver com estes licenciamentos ao abrigo da competência da Assembleia Municipal na declaração de interesse público municipal. -----

Recordo que a Assembleia Municipal não licencia absolutamente nada. Para quem tem dúvidas, nestes casos, a competência de licenciamento nem sequer é da Câmara Municipal. Nestes casos, houve uma exceção à Lei e na Assembleia Municipal de Ourém, neste mandato, que, entretanto, termina, se vieram três ou quatro situações, acredito que sejam muitas, mas a Assembleia Municipal de Ourém pronunciou-se, por dezenas de declarações públicas de interesse municipal, instalações de animais, várias instalações de pedreiras, várias instalações de unidades empresariais que pretendiam expandir ou legalizar aquilo que já estava feito. -----

Aquilo que houve de diferente, neste mandato, foi que a Assembleia Municipal foi um pouco mais exigente do que aquilo que era habitual. Foi mais exigente na instrução dos processos, no rigor dos mesmos. Nada como antes, em que os membros da Assembleia pronunciavam-se, uns mais, outros menos, acabando por aprovar. Não me recordo que tenha havido algum que fosse reprovado quando veio à Assembleia Municipal. -----

Isto foi o que aconteceu. Vieram, estudaram, levaram o que tinham de levar. Agora, tirarão as conclusões a partir daquilo que foi o nosso trabalho que, considero, foi feito com zelo. -----

Relativamente à pedra. Não lhe chamava assim, chamava-lhe um monumento que foi feito. Esse monumento que, enriquece o espaço público, está identificado. Houve um mecenas que fez essa oferta e que a Assembleia Municipal aceitou e veio a esta Assembleia, desde a primeira hora, a disponibilidade dessa oferta. A oferta é feita ao Povo de Ourém, não é feita a ninguém em particular. Quando consultamos e pedimos um parecer, que foi verbal, inclusivamente a alguém com responsabilidades ao nível do Ministério Público, que nos disse que, uma entidade pública que recebe um donativo de algum particular ou de alguma empresa, recebe-o, não é para o usufruto de ninguém, em particular. Não é para usufruto do Presidente, nem tão pouco para nenhum membro da Assembleia. É um donativo para todos. -----

Recordo, aqui nas cidades bem próximas de Ourém, há donativos de rotundas, há donativos de estátuas, há donativos de uma série de situações que são dadas ao Povo e ninguém pode contrariar essa vontade de um particular dar ao Povo. -----

Para que não restem dúvidas, aquilo que é verdadeiramente importante é que a Assembleia Municipal é um todo, com 34 elementos, são estes 34 elementos que aprovam ou não uma declaração de interesse público, neste caso particular, e esse interesse público, depois, é submetido para as instâncias superiores, governamentais, que licenciam ou não, não havendo aqui um licenciamento direto, não há um favor direto. Estamos perfeitamente à vontade e acho que não há dúvida nenhuma sobre isso. -----

Daquilo que o senhor deputado Nuno Baptista tem ouvido, que fique claro, a partir da explicação que é dada hoje, que nenhuma pedra deste Município influenciou em nada, ou teve a ver com qualquer investigação, com qualquer vinda da Polícia Judiciária ao Executivo ou à Assembleia Municipal, não tem nada a ver com isso. -----

Não vou divulgar o conteúdo do auto, faz parte da investigação, mas, enquanto Presidente da Assembleia Municipal, posso garantir que o que estava escrito nos autos, apresentados no dia que cá vieram, não tem absolutamente nada a ver com isso. -----

Acredito que se tratou de denúncias anónimas. Esta investigação decorreu de denúncias anónimas. Se tinham feito alguma denúncia relativamente à pedra, como lhe chamou, nem sequer foi alvo de investigação, não há motivo para isso. -----

Relativamente a esta matéria não há mais nada a dizer. O resto está sob investigação da justiça.” -----

----- **A Assembleia Municipal ficou inteirada.** -----

01.03 – ATIVIDADE MUNICIPAL – APRECIACÃO DE UMA INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 25º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL apresentou uma informação acerca da atividade municipal, a qual foi elaborada nos termos e em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a seguir se reproduz: -----

“Excelentíssimos -----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal -----

Senhora Vereadora e Senhores Vereadores -----

Senhoras e Senhores Deputados Municipais -----

Comunicação Social -----

Senhoras e Senhores, presentes nesta sala, ou que nos acompanham através da transmissão online, que estamos a realizar através das redes sociais. -----

É no rigoroso desempenho das minhas funções enquanto Presidente da Câmara Municipal que volto a submeter ao escrutínio de Vossas Excelências, as decisões deliberadas pelo Executivo Camarário ao qual tenho a honra e o privilégio de presidir. -----

Com incomensurável orgulho, faço reger esta minha comunicação em torno do momento absolutamente histórico que vivemos. Como bem saberão, assinalámos recentemente mais um Feriado Municipal. E fizemo-lo celebrando, também, os 30 anos da elevação de Ourém a cidade. Um momento histórico, num ano igualmente histórico, tal como tive a oportunidade de sublinhar, durante a minha intervenção nas cerimónias solenes do Dia 20 de Junho. -----

O Município de Ourém vive, de facto, dias históricos. Não só pelo 30.º aniversário da elevação a cidade desta da sua sede de Concelho. São dias memoráveis, sobretudo porque num curto espaço de tempo tivemos o privilégio de assistir à inauguração de infraestruturas absolutamente decisivas para o desenvolvimento social da nossa comunidade. -----

Só nos últimos dois meses, procedemos à inauguração do Centro Escolar da Carvoeira, de quatro unidades de saúde em Alburitel, Olival, Sobral e Vilar dos Prazeres, do Teatro Municipal de Ourém e do Passadiço do Agroal. No próximo mês de julho, haveremos de inaugurar, também, a Ecovia Fátima-Ortiga e a requalificação do Castelo e dos Paço dos Condes da Vila Medieval. -----

Inaugurámos, também, o Jardim da Sandoeira, a zona envolvente da Junta de Freguesia de Alburitel e a Praça Desembargador Joaquim António dos Reis, em Vilar dos Prazeres. Além de todas estas obras, permitam-me que recorde o vasto conjunto de intervenções que ainda estão em curso, sendo disso exemplo, entre outros, as obras de saneamento, a ligação da Zona Industrial de Ourém ao IC9 e a requalificação da Estrada de leiria, em Fátima. -----

Estamos perante um conjunto de obras cuja importância está garantidamente comprovada na presença das mais altas entidades das respetivas áreas, em cada cerimónia oficial de inauguração. Foi assim que, num curto espaço de tempo, tivemos a honra de receber neste nosso Concelho, o Senhor Ministro da Educação, a Senhora Ministra da Cultura, o Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Saúde e a Senhora Secretária de Estado para a Integração e as Migrações. -----

Senhoras e Senhores Deputados, -----

Não fosse a pandemia e bem poderíamos dizer que o Concelho de Ourém respira saúde. Em boa verdade, também neste contexto estamos a ser referência pela positiva. -----

Aliás, todos tivemos a oportunidade de ouvir o tom elogioso com que os altos responsáveis pela área da saúde na nossa região, se dirigiram ao Município de Ourém, durante as cerimónias solenes do Feriado Municipal. -----

Ali foi lembrado, que o Ponto Municipal de Vacinação, se tornou num dos postos mais eficazes da região, contribuindo decisivamente para o reforço de vacinados, que já temos na nossa comunidade. -----

A propósito do contexto pandémico, tivemos a oportunidade de homenagear os profissionais da saúde, fazendo justiça à forma apaixonada e abnegada, com que colocam o serviço público acima das suas próprias famílias. -----

Em troca, recebemos elogios que muito nos honram e que também nos garantem que o rumo que escolhemos só pode ser o mais indicado para melhor defender os interesses de Ourém e de todos os ourenses. -----

Aproveito, porém, para deixar aqui bem claro que não vivemos de elogios. Agradecemos o reconhecimento porque o entendemos como um sinal de que estamos no caminho certo. Mas não nos damos por satisfeitos. -----

Foi precisamente por termos consciência de que há muito por fazer em prol da saúde dos ourenses, que aproveitei a presença do Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Saúde no Concelho, para reforçar a imperiosa necessidade de resolver, de uma vez por todas, a escassez de recursos humanos nas unidades de saúde do nosso Concelho. -----

Tal como fiz questão de sublinhar junto da tutela, há cerca de 6 mil utentes oureenses sem médico de família atribuído à data de hoje. Reconhecemos que o problema não será de fácil resolução, mas acreditamos que o governo irá ter em consideração a situação e encontrar solução para a mesma. -----

As novas unidades de saúde de Alburitel, Olival, Sobral e Vilar dos Prazeres oferecem as melhores condições possíveis aos profissionais de saúde, estando à altura de conseguir atrair médicos e enfermeiros, que outrora evitavam ser destacados para o nosso Concelho, alegando falta de condições de trabalho. -----

O Município de Ourém tem trabalhado para inverter esse cenário, fazendo a sua parte neste capítulo, num trabalho permanente e contínuo, que brevemente estará à vista de todos, também nas novas unidades de saúde previstas para Caxarias e Rio de Couros. -----

É hora deste nosso esforço ser correspondido por quem nos governa. -----

Senhoras e Senhores Deputados, -----

Segundo os dados mais recentes a que tivemos acesso, o nosso território tem vindo a registar uma diminuição de casos positivos de Covid-19. São números comprovam que o nosso concelho é hoje um local seguro para as nossas famílias e para quem nos visita. -----

E para essa segurança, muito contribuiu a atividade do Ponto Municipal de Vacinação, instalado em pleno Centro de Exposições de Ourém e superiormente conduzido pelas autoridades de saúde locais. -----

O seu contributo está plasmado no número de vacinas inoculadas desde a sua inauguração. Contas feitas, até ao dia 20 de junho, já tinham sido ministradas 39.651 vacinas no nosso Concelho. Em resultado disso, estamos em condições de assegurar que 25.711 oureenses já receberam a primeira toma da vacina, na mesma medida em que 13.940 já foram inoculados com as duas doses. -----

Resumindo e concluindo: 58,38 por cento da nossa comunidade já tomou pelo menos uma dose; e 31,65 por cento já recebeu as duas doses. -----

Estamos no bom caminho rumo à imunidade de grupo, ainda que nunca seja demais lembrar que ainda vivemos em Situação de Calamidade e que a pandemia está ainda longe de ser

derrotada. Qualquer deslize pode significar um retrocesso e consequentes prejuízos, pelo que não podemos baixar a guarda. -----

Senhoras e Senhores Deputados, -----

O Município de Ourém vai lançar muito em breve, mais precisamente no próximo dia 5 de julho, o Balcão Único do Prédio, que será popularmente conhecido como BUPi, constituindo-se como uma ferramenta muito importante para que os proprietários de prédios rústicos e mistos possam identificar, mapear, entender e valorizar o território municipal, de forma simples e gratuita. -----

O BUPi de Ourém funcionará, inicialmente, através de um balcão presencial, instalado no Centro Municipal de Exposições e apoiado por uma plataforma online, através da qual os proprietários poderão fazer o reconhecimento e o registo dos limites dos seus terrenos, contribuindo para o cadastro do nosso território e evitando alguns conflitos e litígios decorrentes do facto de não ser suficiente registar nas Finanças a titularidade das respetivas propriedades. -----

Posteriormente, e logo que existam condições, serão instalados mais quatro balcões em Fátima, Caxarias, Olival e Freixianda, de forma a que todos possam, com a maior comodidade aceder aos mesmos. -----

A instalação do BUPi em Ourém é apenas mais uma prova do pioneirismo do nosso Município nas mais diversas áreas. -----

Recordo, a este propósito, que a Câmara Municipal já deu início a mais uma fase do processo de desmaterialização, agora direcionado a todos os serviços ligados ao Urbanismo. Este processo de desmaterialização resulta da reformulação da estrutura orgânica municipal, através da qual o Município já tem vindo a registar benefícios ao nível da eficácia dos serviços, mas sobretudo ao nível da sustentabilidade e da preservação ambiental, espelhada na poupança de mais de meio milhão de fotocópias por ano. -----

Senhoras e Senhores Deputados, -----

O equilíbrio financeiro das contas municipais está plasmado nos resultados produzidos no Relatório de Gestão e Prestação de Contas relativo ao exercício de 2020, que só não são ainda mais expressivos por força da pandemia e dos prejuízos que dela decorreram e ainda

decorrem, tornando-se num verdadeiro sorvedouro de dinheiros públicos, tamanha é a conta a pagar através de apoios diretos e indiretos às nossas famílias, às nossas empresas e às nossas instituições. -----

Recordo que só em apoios concedidos a famílias, empresas e instituições, o Município de Ourém já investiu mais de 3 milhões de euros, uma verba total de tal forma considerável que a Câmara Municipal já é tida como uma referência a nível regional e nacional, pela dimensão dos apoios financeiros e logísticos concedidos à comunidade, desde o início de toda esta crise. ----

Senhoras e Senhores Deputados, -----

Permitam-me que conclua esta minha intervenção, voltando aos dias históricos que vivemos e à inauguração do Teatro Municipal de Ourém. -----

Na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, tive o privilégio de acompanhar em permanência toda a intervenção decorrente da reabilitação do antigo Cineteatro, e consequente transformação numa das melhores salas de espetáculo de todo o país. -----

Quero aqui repetir e reforçar, diante do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, da digníssima Mesa e dos Senhores Deputados, a afirmação que consaguei ao longo da minha intervenção quando da sua inauguração. -----

O nosso trabalho não se esgota na reabilitação do edifício! Repito, assumindo que não basta investir milhões na construção de um espaço moderno! Tão ou mais importante, é garantir a sua utilidade como garante do serviço público. -----

É por esta mesma razão que estamos empenhados na oferta de uma programação de excelência, à vista de todos na qualidade dos espetáculos já realizados e que muito nos orgulham pela dimensão artística de nomes como: António Zambujo, Pedro Abrunhosa, The Gift e Pedro Tochas, figuras históricas das artes e do espetáculo, às quais bem se pode juntar o formidável talento da companhia Teatro Meridional, que nos presenteou com a peça “O Senhor Ibrahim e as Flores do Corão”. -----

A programação do Teatro Municipal de Ourém vai manter a chancela de qualidade, bem diferente daquela a que os ourenses estavam habituados nos tempos do antigo Cineteatro. Tão ou mais importante: o TMO estará também ao serviço da educação e do desenvolvimento social da nossa comunidade. -----

Senhoras e Senhores Deputados, -----

Concluo esta minha intervenção, garantindo que o Executivo a que presido continua fortemente empenhado na conceção e execução de medidas e obras tão estruturantes quanto capazes de assegurar o desenvolvimento económico e social da comunidade, assim sejamos dignos da confiança de Vossas Excelências. -----

Obrigado a todos!" -----

----- Foram ainda remetidos os anexos, abaixo descritos, tendo os mesmos sido dados a conhecer a todos os membros constituintes do plenário (arquivado na respetiva pasta) -----

1. Relatórios das diversas estruturas -----

Anexo	Nova Estrutura	Nomenclatura
Anexo A	Divisão de Gestão Financeira	DGF
Anexo A.i)	Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento	SCPA
Anexo B	Divisão de Recursos Humanos e Informática	DRHI
Anexo C	Divisão de Obras Municipais e Serviços Urbanos	DOMSU
Anexo D	Divisão de Urbanismo e Território	DUT
Anexo D.i)	Serviço de Planeamento do Território	SPT
Anexo E	Divisão de Ação Cultural	DAC
Anexo F	Divisão de Educação e Vida Saudável	DEVS
Anexo F.i)	Serviço de Ação Social e Saúde	SASS
Anexo F.ii)	Serviço de Associativismo, Desporto e Juventude	SADJ
Anexo G	Divisão de Apoio a Fundos Comunitários e Expediente	DAFCE
Anexo H	Divisão de Empreendedorismo e Turismo	DET
Anexo I	Divisão de Fiscalização e Contencioso	DFC
Anexo I.i)	Lista de Processos Impugnados e Executados e processos Judiciais	DFC
Anexo J	Divisão de Ambiente e Sustentabilidade	DAS
Anexo K	Divisão de Projetos Técnicos	DPT
Anexo L	Serviço de Atividades Municipais e Protocolo	SAMP
Anexo M	Gabinete de Imagem e Comunicação	GIC
Anexo N	Serviço Municipal de Proteção Civil	SMPC
Anexo O	Gabinete Técnico Florestal	GTF

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registaram-se as INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, senhores: -----

= **ALEXANDRE MANUEL GASPAR FARIA** pretendeu saber mais informação sobre o saneamento no concelho. -----

= **ANTÓNIO HENRIQUES PEREIRA**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Atouguia, agradeceu o excelente trabalho levado a efeito pela brigada municipal na Freguesia de Atouguia, nomeadamente, na abertura de diversos caminhos vicinais. -----

Sublinhou ainda a positividade inerente ao projeto “Aldeia Segura” que teve lugar na Freguesia.

= **VITOR OLIVEIRA SANTOS**, em nome do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “Boa tarde a todos -----

Cumprimentava a todos na pessoa do senhor Presidente da Assembleia Municipal -----

A pergunta que faço é para o senhor Presidente. É do conhecimento que irão existir alterações ao Plano de Exploração da Tejo Ambiente. Pergunto, que diligências foram feitas por si para as alterações ao Plano de Exploração e porque demorou tanto tempo a fazer essas alterações, dado que, em dezembro, já se conheciam estes problemas com o Plano de Exploração.” -----

= **HELENA SANTOS PEREIRA**, na qualidade de representante do grupo municipal MOVE, expôs o seguinte: “Boa tarde a todos -----

Cumprimento a todos -----

Uma primeira questão, tem a ver com a atribuição de bolsas. Quantas bolsas foram atribuídas este ano aos estudantes? -----

Uma segunda pergunta, tem a ver com os BUPi em Ourém. sei que estes balcões são para as pessoas poderem, geograficamente, legalizar os seus terrenos, onde as pessoas, dirigindo-se a estes balcões e levando a caderneta juntamente com alguma identificação desses mesmos terrenos, procuram legalizá-los. A minha questão é, o senhor Presidente tem noção que, muitas pessoas, têm os seus terrenos, mas não tem o artigo matricial das finanças. Já questionou as finanças no sentido de resolver estas questões. -----

Obrigada” -----

= **NUNO MIGUEL NEVES DOS PRAZERES**, em nome do grupo municipal do CDS-PP, expôs o seguinte: “Wokshop em Fátima -----

Ex.mo Presidente do Município de Ourém: -----

Apesar dos constrangimentos que o COVID nos fez a todos sentir a nível local, nacional e mundial é de salientar e enaltecer da continuação do esforço do Município de Ourém, da ACISO – Associação Empresarial Ourém Fátima e dos empresários locais, na tentativa de manter os postos de trabalho e todo um tecido empresarial que demorou décadas a atingir. ----

No seguimento de anos anteriores, manteve-se IWRT! - International Wokshop on Religious Tourism que foi realizado nos dias 24-25 de Junho. Foram agendadas 3.404 reuniões B2B, entre 107 hosted Buyers e 78 suppliers, de 34 países no IX IWRT! - IX International Wokshop on Religious Tourism. -----

O município tem feito investimentos avultados na sede do município, nas zonas rurais e também nos acessos à cidade de Fátima. -----

Sr. Presidente Luís Albuquerque: -----

O município continuará a fazer e a reforçar a promoção do Turismo do nosso concelho, apesar das incertezas do COVID? -----

Haverá mais apoios aos empresários afetados pelos constrangimentos do encerramento e diminuição das vendas?” -----

= **JORGE MANUEL DIAS LOPES**, na qualidade de Presidente da União de Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos, expôs o seguinte: “Boa tarde -----

Senhor Presidente da Assembleia e respetiva mesa -----

Senhor Presidente de Câmara e vereadores -----

Senhores deputados municipais -----

Caros colegas presidentes de junta -----

Todos os que nos ouvem através dos meios audiovisuais -----

A minha questão tem a ver com o saneamento básico e resultante disso, estava previsto fazer passeios na Estrada 356, aproveitado a repavimentação daquele troço. Gostaria de perguntar qual o ponto de situação da execução desses passeios. -----

Muito obrigado” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL expôs o seguinte: -----

- Saneamento. As quatro empreitas estão a decorrer dentro da normalidade, umas mais adiantadas do que outras. A de Rio de Couros poderá ficar concluída em setembro, assim como a que decorre nos arredores da cidade de Ourém – São Sebastião, Beltroa, Lourinha, Corredoura, Lagarinho. -----

As outras duas empreitadas, dada a tipologia do terreno, nomeadamente, o Bairro e Fátima, na estrada de Minde, tendo um prazo mais alargado, encontram-se um pouco mais atrasadas, pensando-se que ficam resolvidas até final do ano. -----

- Brigadas municipais. Sublinhou o trabalho positivo que tem sido feito pelas brigadas nas treze freguesias do concelho. -----

- Projeto “Aldeia Segura”. Trata-se de uma ação de sensibilização no âmbito da prevenção, elucidando a forma de agir em caso de incêndio ou ocorrência similar, desenvolvida nas freguesias de Atougua, Matas e Urqueira. -----

- Plano Exploração Tejo Ambiente. Na última sessão da AMO, o administrador da Tejo Ambiente informou do que estava previsto, no decorrer deste ano, para que os resultados, agora negativos, possam ser positivos já em 2022. -----

- Bolsas de estudo. Houve seis candidaturas, sendo aprovadas duas. As restantes, foram invalidadas, uma vez que o respetivo Regulamento refere a impossibilidade de serem atribuídas bolsas a quem, de alguma forma, já usufrui de outros benefícios, neste molde. -----

- BUPi. Medida importante, principalmente, para quem trabalha nesta área, estando agendada uma reunião, para início de julho, com os advogados e solicitadores do concelho, dando conhecimento do funcionamento desta iniciativa, importante para implementar o cadastro no concelho. -----

Houve ainda uma reunião inicial com os senhores presidentes de junta de freguesia, membros fundamentais para o sucesso desta iniciativa, onde puderam esclarecer dúvidas sobre a matéria, dada a presença do Chefe do Serviço de Finanças de Ourém. -----

Houve também reunião com a senhora Conservadora do Registo Predial. -----

- Workshop Turismo Internacional. Trata-se de um evento que decorreu na semana finda, com o esforço da ACISO e do Município para que a mesma se realizasse, pese embora em moldes

diferentes dos anos transatos, dada a realidade atual, contando com a participação de 34 países. Felicitou a ACISO pela organização deste evento tão importante para o concelho. -----

- Apoios às empresas. Encontram-se a decorrer. Cerca de 300 empresas, recorreram ao apoio do Município. Para além do programa das “10001 noites” e do programa das “rendas”, que estão a decorrer, o Município vai acompanhando a situação pandémica e, em caso de necessidade, será ponderado o reforço dos apoios aos empresários, dada a sua importância de continuar a apoiá-los. -----

Foram divulgados, recentemente, os números do desemprego no concelho, verificando-se uma taxa de 2,5%, menos de metade da média nacional, o que significa que as empresas/empresários do concelho manifestaram resiliência e muita vontade de se reerguer, o que é registado com agrado. -----

- Passeios em Rio de Couros. Trata-se de uma antiga ambição na ER 356, havendo intenção, por parte do Município, de avançar com este procedimento, muito em breve. Tendo em conta as obras de saneamento que estão a decorrer, é entendimento, fazer os passeios e, depois, proceder ao asfaltamento das vias. -----

----- De seguida, registaram-se, ainda, as seguintes intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, na qualidade de representante do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “Há pouco, na minha intervenção não o fiz, passo a cumprimentar -----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal e Mesa -----

Senhor Presidente de Câmara e vereadores -----

Caros colegas -----

Senhores presidentes de junta -----

Comunicação social -----

Os estudantes que estão a assistir a esta Assembleia e que vão apresentar os seus projetos ---

Senhor Presidente da Assembleia, deixe-me repudiar, veementemente, o que se passou aqui novamente. -----

Aqui ninguém está distraído. As pessoas fazem as perguntas que bem entendem. O senhor Presidente de Câmara devia dispensar esse tipo de comentários. Já não é a primeira vez. Curiosamente, os distraídos são só os deputados do PS. Também já houve distraídos do MOVE. Pelos vistos, os do PSD e PP nunca estão distraídos. -----

Na condução dos trabalhos, agradecia que isso não voltasse a acontecer. -----

Senhor Presidente de Câmara. Aqui, há uns dois anos, aqui numa assembleia, a uma pergunta de um dos deputados municipais, o senhor Presidente de Câmara disse, com um sorriso de sarcasmo, quase de orelha a orelha, que não podia falar nesse processo porque tinha sido levado para Leiria, ou seja, não tinha cá o processo. Por vezes, pela boca morre o peixe. Parece que, desta vez, também levaram processos daqui para Leiria, para a Polícia Judiciária. Não sei se vai encarar isso com o mesmo sorriso, com o mesmo sarcasmo que da outra vez. Viu-se perfeitamente que o fez, com gosto, da outra vez. Esperamos que tenha o mesmo gosto desta vez porque parece que a coisa foi brava. -----

Antes de fazer uma pergunta, gostaria de fazer uma pequena introdução, o mais sincera possível. -----

Conheço o senhor Presidente há muitos anos. Somos amigos há muitos anos e acho sinceramente que é um homem sério. -----

Vou fazer-lhe uma pergunta muito concreta: o senhor Presidente foi informado, na qualidade de Presidente de Câmara, por parte de algum atual dirigente ou anterior dirigente de uma associação do nosso concelho que um dos membros do atual executivo, membro de apoio ao atual executivo, nomeado politicamente, tinha efetuado, na linguagem popular, um desfalque, numa associação de que era dirigente. Volto a repetir a pergunta para que não deixe dúvidas.”

= **NUNO MANUEL PINTO DIAS**, em representação do grupo municipal do Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “Cumprimento a todos na pessoa do senhor Presidente da Assembleia Municipal -----

Na comunicação social veio veiculado que haveria a possibilidade ou interesse da CIMT do Médio Tejo, Oeste e Lezíria do Tejo formarem uma NUT II, gostaria de ouvir o senhor Presidente, clarificando esta situação. -----

Muito obrigado” -----

= **CUSTÓDIO DE SOUSA HENRIQUES**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Seiça, expôs o seguinte: “Cumprimento a todos -----

A questão que gostaria de colocar, relaciona-se com a saúde. O senhor Presidente falou, e eu concordo, não a cem por cento, mas a mil por cento, as carências de recursos humanos nas extensões de saúde. Gostaria de solicitar, aquando de futuras intervenções, nos ajude a solucionar o problema de Seiça porque, nós, desde 2010, suportamos os custos financeiros do apoio administrativo. Na altura foi a condição para que o posto de saúde funcionasse, nós temos suportado esses custos, esperançados, sempre, que houvesse uma oportunidade em que a situação fosse regularizada. -----

No nosso ponto de vista, a saúde para a população é prioritária e, como tal, temos assumido, independentemente, de outras situações que também, em termos financeiros, faziam falta, mas, entendemos que a saúde é prioritária. -----

Nestas circunstâncias e uma vez que está previsto a abordagem deste assunto, solicitava a intervenção do senhor Presidente no sentido de que não se esquecessem de Seiça. -----

Muito obrigado” -----

= **FILIPE REMI CALLEBAUT MENDES**, em nome do grupo municipal MOVE, expôs o seguinte: “Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal -----

Senhor Presidente da Câmara -----

Distintos colegas -----

Oureenses no seu todo -----

Tenho apenas uma questão: na zona de São Sebastião, na Atouguia, foram feitas umas intervenções que penso, sejam de saneamento básico – na altura, nem placas existiam a indicar o que estavam a fazer. As estradas já não estavam grande coisa naquela zona, e agora ficou muito pior. Estão lá as tampas e, se não houver algum cuidado ali a passar, as mesmas podem danificar a parte inferior do automóvel. -----

Às vezes quero pensar que estas obras são feitas para serem acabadas e não para ficarem assim, à espera que outra coisa aconteça. -----

Gostaria de deixar duas recomendações. É um pouco estranho, mas é normal que aconteçam estas distrações por parte da Câmara, mas elas existem -----

A primeira, é a praga de pombos que existe em Fátima. É uma coisa assustadora. Não tinha ideia, até me levarem a ver uns prédios, umas varandas, uns automóveis. É assustador. Não sei que tipo de solução poderá ter, pois estamos a falar de animais e, hoje em dia, os animais têm um privilégio na sociedade que fogem, por vezes, ao entendimento, mas talvez arranjar uma forma de, pelo menos, começar a olhar para o problema. -----

Uma outra situação que gostaria de apelar à Câmara: todos os fios de eletricidade e telecomunicações amontoam-se em cima uns dos outros. Estão por baixo do nível dos telhados das casas, passam, rente ao chão, etc. É assustador como estes fios, sejam de eletricidade, seja de telecomunicações, se apresentam frente às varandas de alguns prédios e de algumas casas. Não sei se algum dia poderá vir a ter um perigo maior, mas deveria haver algum respeito, por parte destas empresas, face aos habitantes. Em localidades maiores não se nota tanto, mas nas mais pequenas, o desrespeito é brutal. Apelava à Câmara. Chamar os responsáveis para fazer uma análise, para ver o que se pode fazer. -----

Obrigado” -----

= **HUMBERTO ANTÓNIO FIGUEIRA DA SILVA**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Fátima, questionou o seguinte: -----

- Agradeceu o facto de Fátima ter sido contemplada com o orçamento participativo, estando a obra em fase de inauguração. Pretendeu informação sobre o próximo orçamento participativo.

- Questionou o ponto de situação sobre a implementação dos semáforos no cruzamento de Alvega, dado os constantes acidentes que ali se têm verificado. -----

- Pretendeu saber também, qual o ponto de situação da obra do parque infantil a implementar na rua D. José Alves Correia da Silva. -----

= **VANESSA CRISTIANA GOMES FERREIRA**, em nome do grupo municipal do Partido Social Democrata, questionou quais os próximos investimentos previstos na área da saúde. -----

= **FERNANDO DE OLIVEIRA FERREIRA**, na qualidade de Presidente da União de Freguesias de Gondemaria e Olival, questionou o seguinte: -----

- Pretendeu saber qual o ponto de situação do saneamento básico na União de Freguesias que lidera, pois, conforme disse, neste mandato, nem um metro foi feito. -----

- Questionou sobre o motivo da Câmara Municipal não ter dado resposta à Junta de Freguesia que, há cerca de 4/5 meses, reencaminhou um email com uma questão colocada por um munícipe à Junta de Freguesia. -----

- Pretendeu esclarecimentos relativamente ao procedimento de asfalto que ficou deserto o que, no seu entender, se deve ao facto do mesmo ter sido lançado com valores muito baixos. -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL prestou os respetivos esclarecimentos: -----

- Sobre as questões colocadas pelo membro da AMO, senhor Nuno Baptista, o senhor Presidente referiu o seguinte: “O Partido Socialista de Ourém merece mais do que este tipo de intervenções, muito mais. Gostava de saber se os seus colegas de bancada e presidentes de junta se reveem neste tipo de intervenção. -----

Numa altura em que estamos aqui a discutir questões sobre a vida municipal, o senhor deputado Nuno Baptista, a exemplo do que fez ao longo destes quatro anos, levanta insinuações. Aliás, a sua presença aqui, em termos de intervenção, foi, quase sempre, a levantar insinuações contra este, contra aquele. E, mais uma vez, isso acontece. -----

Quero dizer, em relação à Polícia Judiciária. Quando aqui me referi sarcasticamente, foi quando alguém me perguntou, penso que o senhor Presidente de Junta de Seiça, sobre um processo – a variante, se assim se pode dizer, ao lado da Junta de Freguesia. Tive oportunidade de dizer que esse processo não estava aqui, estava em Leiria e não tínhamos acesso a ele. Foi a única vez que me referi a esse processo. -----

E, durante este mandato, a Polícia Judiciária já veio mais vezes à Câmara Municipal ver processos do passado e, nunca ninguém ouviu, da PSD, do CDS, falar deste assunto. Como no passado, em mandatos anteriores, que me recorde eles vieram cá “n” vezes. Nunca vi, aqui na Assembleia Municipal, as bancadas falarem nesse assunto. Lamento muito o teor das suas perguntas porque ficaria muito mais satisfeito – o senhor, obviamente, é livre de fazer as perguntas que entender, o Povo há de julgar as perguntas que o senhor faz, porque não é isso que o nosso concelho precisa. O nosso concelho precisa que todos remem para o mesmo lado. Que todos trabalhem em prol de uma causa comum. Todos me questionem para poder explicar o ponto de situação de alguns processos. -----

Os senhores estão livres de criticar as opções que nós tomamos. Aceito da melhor forma porque sei que tudo o que fazemos não é bem feito. Sou o primeiro a reconhecer. Todos os dias cometemos erros. Mas, isso, estamos perfeitamente aptos para ouvir essas críticas porque é a democracia, é assim que se faz, que se constroem os concelhos. -----

Em relação à segunda questão, obviamente, não me pronuncio sobre reuniões que tenho com associações do nosso concelho. Não me pronuncio, em publico, sobre isso, fica entre nós. se alguém o fez, perante o senhor, certamente, o que como bem entendeu. Eu não me pronuncio sobre isso. E, obviamente, como deve calcular, não me pronuncio sobre a vida privada de pessoas, por muito amigo que seja delas, publicamente, não me pronuncio sobre isso. Como também não me pronuncio sobre a sua atividade profissional porque não tenho nada que me pronunciar. Posso saber algumas coisas, mas também não me pronuncio porque não tenho nada que o fazer. Quer a sua, que de outros. É a vida pessoal de cada um.” -----

- NUT's II. É entendimento que possa haver espaço para que haja uma nova NUT's II no país que possa agregar o Médio Tejo, a Lezíria e o Oeste. Quando a questão foi colocada na Comunidade Intermunicipal, a questão foi debatida e falada também em sede de reunião de câmara. Recentemente, face ao pedido feito pela CIMT no sentido dos municípios se pronunciarem sobre a criação da nova NUT's, foi entendimento que Ourém não se opunha à respetiva criação, mas, entende que, sendo uma decisão que poderá afetar a posição estratégica do concelho, a mesma deverá ser tomada por quem estiver no governo do Município, após o Quadro Comunitário 20/30, período em que esta questão será contemplada.

- Posto saúde Seiça. Questão importante que continua por resolver, contudo, por natureza, o mesmo será solucionado porque, a partir do próximo ano, o Município de Ourém vai assumir a descentralização na área da saúde, sendo que os centros operacionais vão passar para a alçada do Município. -----

- Saneamento em São Sebastião/Atouguia. Até final do ano, o piso será devidamente asfaltado. -----

- Recomendações. A questão dos pombos é um problema que já foi reportado outras vezes, sendo um assunto a procurar solucionar da melhor forma. -----

A questão dos cabos/fios, é da responsabilidade da EDP, pelo que, a identificar alguma situação em concreto, a mesma será reencaminhada à empresa para que seja solucionada. ----

- Orçamento participativo. Haverá novo orçamento participativo, para o próximo ano, sendo o novo regulamento publicado em breve, tendo um valor de setenta e cinco mil euros. -----

- Semáforos de Alvega. As obras estão adjudicadas, tendo sido subcontratada uma empresa do concelho para efetuar os trabalhos subterrâneos. As obras terão início, entretanto. -----

- Parque de Fátima. A obra está consignada, iniciando-se na próxima segunda feira. -----

- Investimentos na Saúde. Conforme consta da informação transcrita, já está adjudicada a obra de requalificação do centro de saúde de Rio de Couros. -----

Já foram também abertas as propostas inerentes ao futuro centro de saúde de Caxarias, estando as mesmas em análise pelo júri. -----

Procedeu-se à visita dos centros de saúde de Fátima e Ourém sede, iniciando-se diligências em prol das respetivas requalificações, pois, são instalações que já não reúnem as melhores condições. -----

O Município está a fazer o trabalho que lhe é devido, esperando que o Governo também faça o que lhe compete, colocando médicos no concelho. -----

- Saneamento no Olival. O projeto está feito, aguardando-se novas candidaturas. A prioridade é Urqueira, seguindo-se Olival. -----

- Aldeia Nova. O processo está informado, devendo a Junta de Freguesia ser notificada da resposta, por estes dias, uma vez que o munícipe já foi informado. -----

- Asfaltamentos. Houve um procedimento na União de Freguesias, cerca de trezentos mil euros, que ficou deserto. -----

----- De seguida, o membro da Assembleia Municipal, senhor NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA solicitou a palavra para defesa da honra, expondo o seguinte: “Fico profundamente agradado que o senhor Presidente de Câmara tenha especial atenção nas minhas intervenções. Não me lembro de ter feito nenhuma insinuação aqui. -----

Segunda questão. já não é a primeira vez que vem aqui o assunto da minha questão profissional. Não sei a que se refere, mas presumo que fui eleito, estando aqui como deputado.

Também nunca me ouviu falar, e presumo que não ouvirá, da sua atividade profissional fora da Câmara. Acho que não é a primeira vez que isso acontece. Acho de profundo mau gosto. -----
Em relação à questão que lhe pus. Não lhe pus nenhuma questão de carácter pessoal. Fique bem claro, pus uma questão de carácter político, só e pura e simplesmente de carácter político. Deixe-me dizer-lhe, frontalmente, que nunca o PS, desde que tenho alguma responsabilidade lá, fez, que eu saiba, qualquer denúncia anónima à Polícia Judiciária. E, mais lhe digo, esse era o modus operandi antes de 2017, em que havia capatazes a fazer isso diariamente, ou quase diariamente, na Polícia Judiciária. O PS não faz isso. E mais lhe digo, esta pergunta, as perguntas devem ser feitas aqui, as nossas dúvidas. Fomos eleitos para fazer as perguntas aqui. Não é para andarmos a dizer, por trás ou nos cafés. Temos uma dúvida, perguntamos aqui e perguntamos diretamente. Nem andamos a dizer por detrás, nem fazemos queixas à Polícia Judiciária. Sabe bem do que me estou a referir. Peço-lhe, encarecidamente, que nunca mais faça nenhuma alusão à minha atividade profissional. Já não é a primeira vez. -----

A defesa da honra era, basicamente, isto.” -----
----- Questionado sobre se pretendia usar da palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL disse “não retiro uma virgula do que disse anteriormente, acho que o Partido Socialista de Ourém não se revê neste tipo de política. Só isto. -----
Muito obrigado” -----

01.04 – INTERVENÇÕES DE INTERESSE LOCAL OU DECLARAÇÕES POLÍTICAS GERAIS. -----

----- Após período prévio de inscrições, registaram-se as INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, senhores: -----

= **ALEXANDRE MANUEL GASPAR FARIA**, em nome do grupo municipal do Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “Boa tarde, na pessoa do Sr. Presidente, cumprimento todos presentes nesta Assembleia Municipal. -----

Já vai longa e cansativa a situação que vivemos com o Covid, doença que a todos dos bons momentos passados em família, lazer, desportivos e culturais. -----

Graças às duras regras de confinamento e ao avanço da campanha de vacinação, aos poucos a vida social e cultural tem vindo a voltar a normalidade. -----

É no âmbito da cultura que realço e agradeço em nome da bancada do Partido Social Democrata o programa cultural que a Camara Municipal nos presenteou, no mês das festas da cidade. Sabemos que não é fácil nem possível agradar a todos, ainda pior com as condições reduzidas que vivemos, este ano não tivemos a Feirourém nem as Habituais festas da cidade, contudo a CMO manteve a qualidade que nos tem habituado e presenteou os oureenses e a cidade com a reabertura do Teatro Municipal de Ourem, onde artistas de topo nacional fizeram esgotar todos os bilhetes em poucas horas. -----

Após 2 anos de obras e um investimento próximo dos 3 milhões de euros foi inaugurado e reaberto o Teatro Municipal de Ourem. A cidade ganha assim um novo equipamento cultural de referência na região e no país, um edifício moderno, atrativo e dinâmico que oferece melhores condições de trabalho, segurança, acústicas e de conforto fazendo destas qualidades uma das melhores salas de região, capaz de calar até os mais críticos. O Teatro Municipal é um espaço de Ourem para os Oureenses, e são estas obras que nos trazem grandeza, prestígio e qualidade a nossa cidade e enche de orgulho os Oureenses. Obrigado Sr. Presidente.” -----

= **CUSTÓDIO DE SOUSA HENRIQUES**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Seiça, expôs o seguinte: “Boa tarde -----

Venho, mais uma vez, abordar o estado em que se encontra algumas vias de comunicação na Freguesia de Seiça e, neste caso particular, a zona norte do núcleo central de Seiça. -----

São infraestruturas básicas ao nível da circulação rodoviária, onde continua a ser urgente a intervenção, deveriam ter sido requalificadas antes de 2009. -----

A população residente considera-se injustiçada e apela ao senhor Presidente para que esta situação polémica seja solucionada com rapidez. -----

Enquanto responsável autárquico, desde 2009, não posso deixar de manifestar a minha insatisfação perante esta situação. 11 anos é demasiado. -----

Apesar de se ter começado a requalificação da rua do Padrão, em 2012, só agora terminou a requalificação da zona poente do núcleo central de Seiça, onde se inclui a rua Professor

Pimentel entre outras, e que será inaugurada, de acordo com o senhor Presidente, no dia da Freguesia. -----

Senhor Presidente, -----

Senhores vereadores, -----

Senhores deputados, -----

Nós, o Executivo da Junta de Freguesia de Seiça, temos a convicção clara de que, no concelho de Ourém, nenhuma sede de freguesia está nas condições em que se encontra esta zona norte do núcleo central de Seiça, ou seja, Pombalinho, Serradas, Ladeiras. Esta situação está a causar e colocar em causa o desenvolvimento da Freguesia e a qualidade de vida da população residente e dos agentes produtivos. -----

Estamos numa Freguesia multiseccular, a população não compreende qual a razão destes atrasos, pelo que solicitamos a intervenção do senhor Presidente que esta situação seja solucionada, com rapidez, pois Seiça quer participar no futuro do concelho de Ourém. -----

Muito obrigado” -----

= **FILIFE REMI CALLEBAUT MENDES**, em nome do grupo municipal MOVE, expôs o seguinte: “Exmo Sr. Presidente da AMO -----

Ex.mo Sr. Presidente da CMO -----

Ex.mos Senhores -----

Ex.mos Ourienses -----

30 anos ... -----

Foi a festa da subida de “Vila Nova de Ourém” a cidade, e por estes tempos, festejamos os seus 30 anos! -----

Mas, sejamos sinceros, qual a importância para qualquer habitante, duma qualquer freguesia deste concelho esta subida, ser o seu feriado municipal??! -----

Num concelho tão rico em tudo, com uma história já centenária, onde encontramos acontecimentos locais que se inserem na história nacional, ou aos nossos ilustres antepassados que por aqui viveram e que nos enriqueceram pelos mais diversos motivos!!, Não só por cá, nas nossas terras, mas também a nível nacional ... ou então, simplesmente, uma dedicatória a todos os Ourienses que emigraram, que nos prestigiaram com as suas

atividades e comportamentos além fronteiras ... temos razões mais que suficientes para que o nosso feriado concelhio seja bem mais identificativo da nossa alma e cultura, um sinal de união entre todos nós, cá ou onde quer que estejam por esse mundo fora ... motivo de orgulho ou de festa, quando nos perguntassem a razão do feriado concelhio!! -----

Fomos agraciados com a nova inauguração do cinema que passou a teatro, com pompa e ministro, agora Teatro Municipal de Ourém, ou TMO, e, onde se gastou a módica quantia de 3 milhões de euros ... quase daria à razão de 1 milhão por década, 100.000 por ano! Diria, 8 mil euros por mês ... -----

Estará o concelho preparado para valores destes, anualmente, num edifício? -----

Mas, vivemos tempos prósperos e fartos, onde vimos crescer o orçamento municipal para valores de que não há memória, e recordo que o previsto para este ano, é mais de 48 milhões de euros ... onde os discursos, se repetem até à exaustão com os mesmos conteúdos, obras e milhões ... Enfim, num vazio de imaginação, vamos repetindo tudo, como se de novidade se tratasse, quase menosprezando o intelecto dos cidadãos ... -----

Vivemos, no entanto, uma crise nunca vista na outra cidade, o “motor” económico do concelho, aquele que, de facto lhe dá visibilidade internacional e que manda este concelho para as “bocas do mundo”, o Altar do Mundo! -----

Uma crise que ameaça, face aos dados mais recentes da pandemia, se esticar para além deste Verão, entrando pela época baixa adentro, sem qualquer piedade para muitos negócios, que ajudam de forma nítida e clara no quase pleno emprego que granjeávamos ... já diz a presidente da AHRESP, associação de hotelaria, restaurantes e similares – não aguentamos outro inverno -----

Estará este concelho, na figura do município preparado de facto, para este futuro que nos ameaça, havendo alguma estratégia pensada, para o caso de se concretizar??, ou aqui, os discursos mantêm a mudança de figura e argumentam que “... não pode dar tudo ...” como se tem ouvido? -----

Para quando uma discussão real, no mundo real com os empresários sobre o que se perspectiva? Talvez no mapa das inaugurações ou já em campanha, se arranje tempo para isto

... -----

Enfim, para fechar, apelava à leitura do artigo de opinião interessante, algo ousado no concelho onde vivemos, mas de fácil leitura e com uma mensagem clara, do Notícias de Fátima, de 18 de junho de 2021, da Senhora Provedora da Santa casa da Misericórdia Fátima/Ourém, Fernanda Rosa!! -----

Aqui lhe deixo, publicamente os meus parabéns, pois gostei do que li!!" -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, na qualidade de representante do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “Estando a aproximar-se o fim deste mandato do executivo municipal, poderemos começar a fazer um balanço, salientado o quanto faríamos diferente. Dividindo em 3 vetores chave -----

Primeiro que tudo é que **ninguém teria ficado para trás**. Dando como o exemplo o apoio aos estabelecimentos de restauração, no âmbito e no decurso da Pandemia Covid-19. O executivo Municipal, e bem, saliento e bem, oferece uma refeição no valor de € 10, aos cidadãos portugueses que pernoitem mais do que uma noite, em estabelecimentos hoteleiros do nosso concelho. Adivinhava-se que, estando a esmagadora maioria desses estabelecimentos situados em Fátima, o consumo fosse efetuado na restauração dessa freguesia. Com os dados do primeiro mês, obviamente que verificamos que, das quase 200 refeições que foram consumidas neste programa, só uma, repito só uma, foi consumida fora de Fátima. -----

Propusemos que fosse oferecido um voucher de € 10, a todos os cidadãos maiores do nosso concelho para consumo nos estabelecimentos de restauração. O custo máximo desta iniciativa seria de € 370.000,00 sendo que nos parece que nunca ultrapassaria os € 300.000,00. O Sr. Presidente de Camara, na última Assembleia Municipal respondeu algo do género “Onde se vai buscar esse dinheiro? Teríamos de o retirar de outras coisas”. Absolutamente inadmissível por parte de alguém que teve a incapacidade de gastar perto de € 16 milhões orçamentados. -----

E o caso do preço da água, das faturas em duplicado, que continuam a atormentar os cidadãos do nosso concelho. O executivo municipal teve uma postura absolutamente benevolente para com a empresa que tem a concessão das águas, quase que parecendo um defensor dos interesses desta em detrimento da defesa dos nossos concidadãos. -----

Repito, **com o PS ninguém teria ficado para trás**. -----

A falta de visão de futuro deste concelho é outra falha que temos que salientar e enfatizar, podendo dar os seguintes exemplos: -----

- Obras do Castelo – Ótimo projeto do executivo PS alterado pelo atual executivo. As alterações implicaram que o maior problema da Vila Medieval de Ourem, tendo em vista a atração de turistas, ficasse por resolver, a saber, o acesso das pessoas ao Castelo. Qualquer pessoa com a mínima visão de futuro teria que perceber que era essencial facilitar esta deslocação. É impossível um autocarro entrar na Vila Medieval, esmagadora maioria dos eventuais turistas são seniores. Podemos comparar com as obras efetuadas no vizinho Castelo De Leiria. No projeto do PS tudo isto estava previsto. Falta de visão de futuro. -----

- PDM – Com a alteração do PDM, desapareceu a zona industrial com mais potencial do concelho, senão vejamos. No anterior PDM estava prevista uma zona industrial no Escandarão, junto à rotunda do IC9. Este lugar confina com a freguesia de Santa Catarina da Serra, concelho de Leiria. Todos nós sabemos da envergadura e pujança económica da referida freguesia, que, conjuntamente os ótimos acessos viários, faria com certeza desta potencial zona industrial um estrondoso sucesso. Chama-se a isto aproveitar sinergias. Falta de visão de futuro. -----

- Desaparecimento da internacionalização da “Marca Fátima” – Os anteriores executivos PS, nomeadamente o anterior presidente de Camara, teve um papel fundamental na internacionalização da marca “Fátima” como é amplamente reconhecido pelos players do turismo local e regional. O presidente de camara atual, na altura na oposição, achava que eram simples viagens de turismo e por isso acabou com elas. É esta falta de visão gritante que nos assusta. Nós faríamos diferente. -----

Terceiro vetor e talvez o mais perigoso e triste, é o medo instalado nos cidadãos deste concelho, algo visto noutros tempos, tempos antigos e que está de volta em força. Sempre se soube que os antigos partidos governantes deste concelho, tinham alguns problemas com as ideias diferentes. A frase mais ouvida, aquando da vitória do PS nas eleições autárquicas de 2009, é que finalmente o 25 de Abril tinha chegado à Camara de Ourem. -----

Os cidadãos relatam-nos de novo o medo de falar, medo de participar, medo de serem prejudicados em assuntos pessoais e laborais. Isto não pode voltar a acontecer. Esta falta de respeito pela diversidade de opiniões é também e muito uma falta de visão de Futuro. -----

Acreditem, Ourém Pode Muito Mais.” -----

= **NUNO MANUEL PINTO DIAS**, em representação do grupo municipal do Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia, e na sua pessoa cumprimento os membros da mesa, na pessoa do Sr. Presidente da Câmara cumprimento todo executivo municipal, -----

Um cumprimento ainda para todos os meus colegas e presidentes de junta, a Comunicação Social e o Público que nos acompanha online. -----

Minhas senhoras e meus senhores, -----

Foi recentemente publicada a Resolução da Assembleia da República n.º 177/2021, que recomenda ao Governo medidas para a despoluição e recuperação ambiental da bacia hidrográfica do rio Nabão. -----

Para Ourém, onde o Agroal se destaca como um dos seus afluentes, a transformação desta recomendação em medidas concretas traduz-se na clarificação das suas fontes de poluição, mas acima de tudo na resolução desta questão ambiental. -----

Se por um lado temos uma praia fluvial com qualidade Ouro, (galardão atribuído pela Quercus tendo em conta os resultados de excelência na qualidade da água), não faz sentido que não raras vezes queiram identificar o nosso concelho como a única fonte deste problema, descartando outras responsabilidades. O Concelho de Ourém é o único município a apostar e investir no Agroal, como exemplo muito recente os passadiços. -----

Entre os 10 pontos que constituem esta resolução, destacamos a necessidade do Governo ouvir e coordenar com todas as partes, nomeadamente a APA, com as freguesias, os movimentos de cidadãos e associações de defesa do ambiente. Mas acima de tudo que disponibilize os meios técnicos e financeiros, para que a prevenção e fiscalização sejam uma realidade. -----

Não querendo replicar a totalidade desta resolução, destacamos alguns aspectos, que nos dizem respeito de forma particular, e que passamos a citar: -----

“(...) 1 - Tome medidas urgentes para evitar que se coloque em causa os recursos hídricos no rio Nabão e, com as entidades competentes, identifique as fontes de poluição e responsabilize os infratores.” -----

2 (...) b) Disponibilize apoios às autarquias e à empresa intermunicipal, para construção e reabilitação de estações de tratamento de águas residuais, para o tratamento e rejeição de efluentes e para a melhoria, modernização, requalificação e ampliação; -----

c) Melhore a rede de saneamento de águas residuais e pluviais dos aglomerados urbanos de Tomar e Ourém. -----

6 - Aplique um plano para a despoluição e recuperação ambiental da bacia hidrográfica do rio Nabão, em articulação como a Agência Portuguesa do Ambiente, os municípios e as freguesias afetadas, os movimentos de cidadãos e as associações de defesa do ambiente. -----

8 - Apoie as autarquias locais na valorização do património ambiental, cultural, histórico e paisagístico do rio Nabão.(...)” -----

Com a aprovação desta resolução, cabe ao Governo cumprir com a sua parte. Pois temos a certeza que as autarquias estarão cá para fazer a sua, e juntos defendermos melhor um bem que é de todos.” -----

01.05 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL informou de que não se tinham verificado pedidos de intervenção, por parte do público. -----

01.06 – APRESENTAÇÃO E APRECIÇÃO DOS PROJETOS VENCEDORES DA AJO 2021

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL expôs o seguinte: “O tema deste ano, que foi divulgado às escolas foi “O Bem Estar Social”, achamos que era um tema muito ajustado à realidade que estávamos a viver. -----

Todos os agrupamentos do concelho participaram nos dois níveis habituais. Foi escolhido em cada escola o projeto vencedor. As equipas vencedoras vieram à Assembleia Jovem, debateram, trocaram argumentos e escolheram, de entre todas, os projetos vencedores. -----
Hoje, é com muito prazer que temos, entre nós, os representantes desses projetos vencedores. Antes de lhes dar a palavra, gostaria de referir o orgulho que foi ter assistido a estas apresentações. Todos os projetos, sem exceção, revelaram que os nossos jovens do concelho de Ourém estão muito sensíveis às questões sociais. Estão muito atentos e muito conhecedores da realidade. Apresentaram um conjunto de diagnósticos, de questões e carências sociais, apresentando soluções. Inclusivamente, trabalhos que trouxeram aqui, ações que os jovens já estão a desencadear, nomeadamente, de apoios em centros de dia, em lar de idosos, em que há turmas de alunos dos nossos estabelecimentos de ensino que estão, neste caso, porque estão impossibilitados de o fazer presencialmente, estão periodicamente a fazer encontros com os mais idosos, onde ocupam o seu tempo das mais diversas formas: contar histórias, ouvir experiências, desenrolando vivências. -----

Ficámos de coração cheio com estas experiências que os jovens nos trouxeram aqui. Como só poderia vencer um em cada escalão, foi isso que fizemos. Os alunos votaram entre si, escolhendo as equipas vencedoras, que a seguir apresentam, por videoconferência, os respetivos projetos” -----

----- **PROJETO: “ApOurém” – Escola Básica 2, 3 da Freixianda** -----

Responsável: Prof.ª Isabel Cunha -----

Maria Ferreira, 9.º ano -----

Edgar Simões, 9.º ano -----

Inês Mariano, 9.º ano -----

Vera Almeida, 9.º ano -----

Cristiana Gomes, 9.º ano -----

Eva Machado, 8.º ano -----

Beatriz Marques, 8.º ano -----

Descrição do Projeto -----

“O nosso projeto visa a criação de, numa primeira etapa, um sítio seguro online onde as pessoas compartilhariam as suas más experiências ou qualquer tipo de acontecimento traumático, com a finalidade de se sentirem apoiadas umas pelas outras. Estas reuniões teriam um psicólogo ou alguém com experiência na área como mediador. O grupo de trabalho acolheria pessoas de qualquer idade, constituindo-se assim uma LINHA DE APOIO LOCAL.

Para as pessoas acederem a este espaço de partilha teriam de se registar num site, a partir do qual seria possibilitada a comunicação, enviando todas as informações precisas para realizar/ entrar nas reuniões. -----

Mais tarde, caso se sentissem à vontade, a partilha das histórias seria aberta à população em geral. A partilha com o público seria realizada através da plataforma Zoom, onde participaria a pessoa que iria dar o seu testemunho e o mediador (psicólogo). Numa segunda fase, a sessão seria aberta à assistência e poderiam fazer-se perguntas. -----

A divulgação das informações necessárias para aceder às reuniões seria feita por meio de panfletos ou poderia fazer-se publicidade em outdoors ou placards espalhados por todas as freguesias do concelho de Ourém.” -----

A escolha da organização e das pessoas responsáveis ficaria a cargo da Câmara Municipal.” --

Orçamento e Público-Alvo -----

- 10.000,00 € -----
- A população em geral, principalmente aqueles mais debilitados e que necessitam de apoio A linha de apoio estaria recetiva a ajudar pessoas de todas as idades. -----

----- **PROJETO: “A Nova Realidade Jovem – Stress e Ansiedade” – Centro Estudo de Fátima** -----

Responsável: Prof.ª Anabela Milheiro Alves -----

Mariana Gameiro, 11.º ano -----

Maria Beatriz Costa, 11.º ano -----

Bruna Rodrigues, 11.º ano -----

André Neves, 11.º ano -----

Hugo Henriques, 11.º ano -----

Juliana Santos, 12.º ano -----

Joana Oliveira, 12.º ano -----

Descrição do Projeto -----

“Trata-se de um projeto com uma forte componente social, tendo como objetivo principal alertar a comunidade local para a temática da saúde mental dos mais jovens, nomeadamente devido ao impacto negativo que o isolamento a que foram sujeitos durante a pandemia tem tido na autoestima e no comportamento social, em especial dos adolescentes. -----

Neste âmbito, os alunos do Centro de Estudos de Fátima propõem a organização de uma campanha de sensibilização junto da comunidade local, alertando-a para os problemas que afetam os adolescentes e os jovens adultos, nomeadamente o stress e a ansiedade, sobretudo no período pós-pandemia. -----

Com este projeto procura-se dar resposta a esta problemática, mediante a criação de núcleos de voluntários, constituídos por estudantes das diferentes escolas do concelho, que se disponibilizem, em articulação com os Psicólogos das escolas e do Município, a identificar, reportar e monitorizar as situações que ocorrem em meio escolar. Pretende-se que o Município participe de uma forma proativa na resolução deste problema, cada vez mais recorrente, constituindo-se como entidade promotora do voluntariado jovem, na perspetiva de uma cidadania ativa caracterizada por uma forte responsabilidade social.” -----

Orçamento e Público-Alvo -----

- 30.000,00 € -----
- A campanha dirige-se à comunidade local -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL agradeceu a apresentação dos respetivos projetos da Assembleia Jovem de Ourém, tendo questionado a Assembleia Municipal e Executivo sobre eventuais intervenções. -----

----- Registaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----
= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, na qualidade de representante do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “Primeiro que tudo, queria agradecer a clareza das duas apresentações, foram absolutamente claras. Dois temas, absolutamente, fraturantes e essenciais, se já eram antes da pandemia, mais essenciais são agora. -----

Todos nós sabemos da dificuldade que é falar em público e de vir aqui apresentar-se, mas, decorreu muito bem. Obrigado por participarem. -----

Teremos aqui, com certeza, duas futuras deputadas municipais em próximas eleições.” -----

= **CUSTÓDIO DE SOUSA HENRIQUES**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Seiça, expôs o seguinte: “Gostaria de felicitar estes jovens, são o futuro do concelho. -----

Acho que estamos todos de parabéns, porque representam aquilo que se faz, em termos de educação, no concelho. São prova de que temos educação, temos competências, que são fundamentais para o futuro. -----

Gostaria de falar também de um aspeto que é importante, a solidariedade. -----

Solidariedade que os jovens, estes estão sensíveis, há outros menos sensíveis, mas os nossos idosos estão, neste momento, a passar momentos muito difíceis e, nem sempre, têm o acompanhamento que era exigido ao nível do Serviço Nacional de Saúde. -----

Assim, gostaria de felicitá-los pela partilha, porque os nossos idosos, uma boa parte, estão isolados e os que estão piores têm grandes dificuldades porque os apoios são poucos. -----

Muito obrigado” -----

= **NUNO MANUEL PINTO DIAS**, em representação do grupo municipal do Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “Felicitando, naturalmente, a Mariana e Maria e, nelas, as suas equipas, assim como as escolas que colaboraram e os professores que auxiliaram nestas propostas. -----

Dizer que, acima de tudo, é um orgulho que, em Ourém, a nossa juventude consiga pensar em quem mais sofre e também não se esqueça dela própria. Sem os jovens capacitados e de bem com eles mesmos, não teremos, com certeza, um bom futuro. -----

A título particular, utilizo o mote de uma associação, dizer que a boa maneira de “ser feliz é contribuir para a felicidade dos outros”. -----

Todos vós, ao focarem o bem estar da geração que nos antecedeu e também da vossa geração, lembram que não somos seres isolados, precisamos do convívio. E, esta altura em que estamos tão alheados uns dos outros, estamos por detrás de uma máscara, em que já não temos o rosto completo, não conseguimos ler bem as emoções, estar atento às realidades que vocês, hoje, aqui evidenciam é, absolutamente, fundamental e não poderia ser mais oportuno.

Dizer-vos que nós sabemos que, nas vossas escolas, isto é fruto de muito trabalho, muita discussão, de preparação. Quando falam em valores é extremamente importante perceber que não bastam boas ideias, essas ideias têm um custo e uma necessidade de oportunidade e que é necessário pensar nelas, pôr-nos todos a pensar, como cidadãos, que há problemas e esses problemas possam tocar, é contribuir para uma geração mais bem formada, mais bem capaz e que, acima de tudo, que dê continuidade à nossa Terra, que a faça crescer. -----

Muito obrigado” -----

= **PAULO ALEXANDRE CANCELINHA DE SÁ**, em representação do grupo municipal do CDS-PP, expôs o seguinte: “O grupo municipal do CDS-PP quer aqui congratular a iniciativa da AJO para 2021, parabenizando os autores de todos os projetos, nomeadamente, os projetos vencedores. São o orgulho e o futuro do nosso concelho. -----

Um bem haja a todos. -----

Muito obrigado” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL expôs o seguinte: “Penso que o que já foi dito pelos senhores deputados municipais e pelo senhor Presidente de Junta de Seiça, obviamente, comungo de todas essas intervenções, mas gostaria ainda de, primeiro, parabenizar, mais uma vez, a AMO, por esta iniciativa. Um tema muito atual, como os outros, a “Arte Urbana” e “O Nosso Património” e, este agora, mais do que nunca, por força da situação que vivemos, muito atual. -----

A minha primeira nota é agradecer, mais uma vez, esta iniciativa. -----

Uma segunda, para agradecer, não só às duas alunas/municípes que aqui vieram aqui fazer a sua excelente apresentação, mas também a todos aqueles que participaram neste projeto. Mais uma vez, as escolas, os agrupamentos envolveram-se muito neste projeto e, quero, aqui, dar os parabéns, não só aos vencedores, mas a todos aqueles que participaram no projeto que é importante. -----

Como também já aqui foi dito, ainda hoje, antes desta assembleia, numa conversa com o senhor Presidente de Junta de Seiça, falávamos, precisamente, na importância que é os jovens, cada vez mais, participarem nestas questões de cidadania, nas questões do nosso concelho, envolverem-se cada vez mais porque o futuro é deles e, nós, que estamos aqui,

daqui a algum tempo temos de dar o lugar a outros, ainda bem que assim é, obviamente que é sempre bom ver estes jovens interessados, dedicados, a participar naquilo que lhes é proposto. Por tudo isto, muitos parabéns a todos vós. Muito obrigado pela vossa participação, pelos vossos contributos, pelos vossos projetos, e nós, enquanto Câmara Municipal, depois de os recebermos, depois de os recolhermos, iremos junto da nossa Ação Social analisá-los e, se tivermos condições, penso que sim, iremos, pelo menos, pô-los em prática. -----

Dizer também, porque é um tema muito atual, a prevenção e as doenças mentais, que são cada vez mais, estamos, neste momento, em coordenação com o Centro Hospital do Médio Tejo, para implementar, aqui em Ourém, um centro de apoio à doença mental, que nos parece muito importante que o pudéssemos fazer dado o número de casos que estão a aparecer no Centro de Saúde e também na Ação Social, precisando do nosso apoio e, nós, enquanto entidade responsável, temos também essa obrigação. -----

Muito obrigado a vós por esta participação, aos vossos professores. Espero que continuem a participar e a ser participativos/participativas, neste caso, nas diversas ações que o Município vai organizando e vai pedindo o apoio de todos. -----

Muito obrigado” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, expôs o seguinte: “Antes de terminar, gostaria de dar uma nota à Maria Ferreira que apresentou o trabalho da EB 2, 3 da Freixianda que notei, com muito agrado, o facto de perceber que, na exposição que fez, o grupo teve o cuidado de contemplar um conjunto de propostas dos outros grupos que acabaram por não vencer. -----

Sendo uma matéria tão delicada, como esta da área social e tendo sido tão rico o contributo de todos os estabelecimentos de ensino, os jovens do concelho nos trouxeram, dentro do possível, é tentar com o Município executar aquilo que foram as vossas propostas. -----

Deixava um outro exemplo, os jovens dispuseram-se a ajudar no combate à violência doméstica. Sabemos que a violência doméstica, com estas questões pandémicas, com a obrigatoriedade de confinamento, a tolerância entre casais foi posta à prova. E as crianças bem que o sentiram. -----

Da mesma forma, o número de animais abandonados aumentou significativamente porque, numa primeira fase, as pessoas compraram animais de estimação, mas depois perceberam que não tinham condições de os manter em confinamento, em apartamentos. -----

Todas estas questões foram, com sensibilidade, trazidas a esta Assembleia Municipal. independentemente de terem estas duas equipas vencido, todas estas matérias, vamos tentar, seja através de campanhas, ou outras formas, divulga-las e promove-las. -----

Muito obrigado a todas as jovens e os jovens deste concelho que colaboraram, mais uma vez, na Assembleia Jovem. -----

Queria antecipar, porque foi um pedido feito pelos diferentes diretores de agrupamentos, que fizéssemos já o planeamento para a próxima AJO. Já foi escolhido o tema para o próximo ano, que será “Água”. Parece-me um tema muito oportuno para o concelho de Ourém, um concelho muito rico em água subterrânea e em linhas de água. Nascem nas nossas serras algumas linhas importantes para a região. Que os nossos jovens se possam debruçar sobre este tema. Este tema foi escolhido sob proposta de alguns agrupamentos para que os planos curriculares, que começam a ser preparados no verão, possam ser devidamente preparados, principalmente, nas áreas de cidadania. -----

Muito obrigado, mais uma vez.” -----

----- **02 - ORDEM DO DIA** – (grelha Anexo B-2)-----

02.01 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO REFERENTES AO ANO ECONÓMICO DE 2020. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 38813**, datado de **2021.06.14**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2021.06.07, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação dos documentos citados em epígrafe, nos termos da alínea i), do n.º 1, do art.º 33.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (versão atualizada) e bem assim da alínea l), do n.º 2, do artigo 25.º, do mesmo diploma legal. -----

----- Foi ainda remetido um link de acesso aos documentos acima referenciados, que foi reencaminhado a todos os seus membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “--- Foi apresentada a informação registada sob o n.º 36.292/2021, do **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, a anexar o Relatório de Gestão e a Prestação de Contas do Município, referentes ao exercício de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2020. -----

---- O **Senhor Presidente** solicitou a presença na reunião do **Chefe** daquela divisão, que procedeu a uma breve síntese da prestação de contas, designadamente:-----

- Análise orçamental; -----
- Análise económico-financeira;-----
- Cumprimentos dos limites legais da despesa;-----
- Monitorização do plano de ajustamento financeiro; -----
- Evolução e proposta de aplicação dos resultados.-----

---- Tomou a palavra o **Senhor Vereador José Augusto Dias dos Reis**, que expôs as questões a seguir enumeradas, cujas respostas igualmente indicadas, foram prestadas pelo **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**: -----

“1 – Queiram por favor esclarecer os **prazos de aprovação das contas**, pois existe alguma confusão com as datas limites de 31 de Maio e 30 de Junho. Estará o Município em incumprimento? Se está em incumprimento, quais as consequências?”-----

---- “Considerando que o prazo para comunicar ao Tribunal de Contas, a aprovação do Relatório de Gestão e a Prestação de Contas do Município referente ao exercício de 2020 é 30 de junho de 2021, posterior à data indicada para a aprovação dos referidos documentos (31 de maio de 2021), veio a Direção Geral das Autarquias Locais esclarecer que os Municípios têm apenas que cumprir com a data de comunicação ao Tribunal de Contas.”-----

“2 – No Ativo está registado um crescimento de 2,6 M€ nas “**Participações financeiras**”. A que se deve?”-----

---- “Importa observar que, com a implementação do SNC-AP, tornou-se imperativo a elaboração de um novo balanço com saldos iniciais a 01/01/2020, do qual mensuram

reconhecimentos e (des)reconhecimentos, face ao último balaço apurado em POCAL, razão pela qual não é adequado efetuar uma análise comparativa e evolutiva.” -----

“**3** – Também no Ativo na conta “**Devedores por transferência e subsídios não reembolsáveis**”, regista-se um crescimento de cerca 3,875 M€. A que se deve?” -----

---- “Deve-se à obrigatoriedade de reconhecer contabilisticamente no momento da assinatura do contrato de financiamento, o montante de comparticipação comunitária ou nacional inerente às candidaturas aprovadas, ou seja, previamente ao seu recebimento.” -----

“**4** – No Património Líquido, a conta de “**Resultados transitados**” sofreu um crescimento negativo de mais de 4,5 M€. Como se explica esta variação se no período anterior tivemos um exercício positivo em cerca de 393 m€?”-----

---- “A variação negativa teve origem na necessidade de se reformular o período de amortizações e depreciações dos ativos, relativos a exercícios anteriores, decorrente da alteração da sua vida útil.” -----

“**5** – Naturalmente, por força a adaptação do SNC-AP, houve alterações substanciais na contabilização dos **Acréscimos e Diferimentos** dos custos e proveitos. Consegue nos elucidar quanto a esta nova prática?” -----

---- “Esta questão está relacionada com as alterações dos modelos de imputação contabilística dando exemplo, a circunstância inerente aos fundos comunitários.” -----

“**6** – Em relação à receita do **IMT**, a que se deve a descida brutal do imposto? Deve-se à menor atividade económico devido à pandemia ou resulta de algum ajustamento a anos anteriores?” --

---- “Será de realçar que 2019 apresenta um valor materialmente relevante relativo a reembolsos e restituições deste imposto, circunstância que, observado o princípio da não compensação, deriva num valor das receitas brutas registadas em 2019, sobreavaliadas, face ao valor líquido efetivo.” -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL referiu que a Mesa da AMO entendeu convidar o Auditor Externo que acompanha a atividade desenvolvida pelo Município de Ourém e que apresentou, nos termos legais, o parecer anual (2020) sobre as contas individuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, participando

por videoconferência, o R.O.C. n.º 1238, senhor Paulo Fernando da Cruz Braz, a quem foi dada a palavra. -----

----- Tomando a palavra, o Auditor Externo expôs a informação constante do referido Parecer Anual (2020), previamente remetido à Assembleia Municipal, para efeitos da alínea e), do n.º 2, artigo 77.º, da Lei 73/2013, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto – Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, e bem assim para efeitos previstos no n.º 3, do artigo 76.º, do mesmo diploma legal (documento devidamente arquivado na respetiva pasta da sessão) -----

----- De seguida, participou, também por videoconferência, o Chefe da Divisão de Gestão Financeira, procedendo a uma exposição técnica sobre a matéria em análise (documentação anexa ao processo) -----

----- Terminadas as exposições, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, agradecendo aos oradores, deu por aberto o período de pedido de esclarecimentos, tendo-se verificado as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, na qualidade de representante do grupo municipal do Partido Socialista expôs o seguinte: “Gostaria de começar por uma curiosidade dos números. Esperava que o Dr. Fernando Marques falasse nisto porque é um número estranho, porque não tenho conhecimento de nenhum aumento significativo dos vencimentos dos órgãos eleitos, onde aparece um aumento de quase 15% do valor gasto com os membros dos órgãos autárquicos. Pode ser algum acerto, questão contabilística, mas gostaria de perceber e ver esclarecido porque é um número grande, 15% de aumento. -----

Senhor Presidente da Câmara, na sua explicação emendou um bocadinho a mão porque, na sua exposição inicial, consta uma afirmação que não é verdadeira. Presumo que não seja uma distração. Na mensagem do relatório de gestão e prestação de contas de 2020 diz que, este era o maior investimento aplicado no Município de Ourém nos últimos 16 anos. Isto não é verdade, tendo em conta alguns números que tenho. Presumo eu que não seja verdade e que os números que tenho sejam corretos. -----

O senhor Presidente de Câmara, já por várias vezes, falou em três milhões de euros gastos no combate à pandemia. Os números que estão aqui plasmados, falam-nos de 535 mil euros, durante o ano de 2020, ou seja, aproximadamente 1% do proposto em orçamento. Vem

reforçar aquela triste imagem que trouxemos a esta Assembleia Municipal, quando no insuspeito relatório do Tribunal de Contas aparecíamos como um dos dez piores concelhos na aplicação de valores. Pergunto, terá sido pelas críticas da oposição que houve essa mudança de paradigma? -----

Para terminar, gostaria de falar de uns números, de um gráfico absolutamente esclarecedor que ali apareceu, cobertura orçamental das despesas pagas, ou seja, foi de 73.2, pior do que 2018 e 2019. -----

Poderíamos também falar do valor pago nas grandes opções do plano, 65.1. Pergunto, se está contente com estas execuções.” -----

= **PAULO ALEXANDRE CANCELINHA DE SÁ**, em nome do grupo municipal do CDS-PP, expôs o seguinte: “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Ourém -----

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ourém -----

Exmos. Senhores Vereadores, -----

Exmos. Senhores Membros da Assembleia Municipal, -----

Exmos. Senhores Presidentes de Juntas de Freguesia e demais autarcas, -----

Exmos. Senhores Funcionários, -----

Exmos. Convidados, -----

Exmos. Senhores representantes dos órgãos de comunicação social, -----

A todos os Oureenses que nos acompanham através da transmissão online, -----

Minhas Senhoras, -----

Meus Senhores, -----

Em nome do CDS-Partido Popular, gostaria de saudar a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ourém, que de uma forma pragmática e clara, demonstrou que o Executivo Municipal da ‘Coligação Ourém Sempre’ tem vindo a levar a cabo, uma estratégia positiva e coesa desde o início do mandato. -----

Gostaria de me congratular em nome da bancada municipal que represento, com o resultado apresentado no Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Município referentes ao ano de 2020.

No nosso entender, a atividade política deve ser sempre pautada pela exigência e pela coerência. Já durante o período em que nós, a 'Coligação Ourém Sempre' exercemos o nosso mandato na oposição, sempre nos batemos pela implementação de rigor nas contas municipais, isto, porque no nosso entender, é a única forma de não apenas, cumprirmos o programa que apresentamos a sufrágio, mas também irmos ao encontro dos verdadeiros destinatários da nossa ação política, de forma transparente e verdadeira. -----

Foi com base nestas premissas, que assumimos compromisso de promover uma gestão eficiente, equilibrada e transparente dos serviços municipais reduzindo, em simultâneo, a dívida e a carga fiscal que sujeitava – e ainda sujeita - tanto as famílias como as empresas. -----

A redução e a eventual extinção de impostos e de taxas constituem um fator essencial para promover e favorecer as famílias, potenciar o tecido social e económico e contribuir para a criação de mais postos de trabalho e conseqüentemente de mais riqueza ao nível municipal, bem como para fomentar políticas urbanísticas, de desenvolvimento, de combate à desertificação e de recuperação de zonas do interior do nosso concelho. Mas como todos bem sabemos, só é possível baixar taxas e impostos se a gestão dos dinheiros públicos for absolutamente rigorosa. Por isso, cada dia que passa em que a dívida é mais baixa e os dinheiros são geridos com mais rigor, mais esperança temos de que a despesa de hoje não se transforme em dívida e, ou seja, em impostos e taxas amanhã. -----

Assumir o desafio da pandemia, desafio esse, para o qual nada nem ninguém estava preparado, foi um ato de muita coragem e de responsabilidade acrescida, e não obstante ao facto das conseqüências naturais que daí advieram, e que o Sr. Presidente da câmara municipal já teve a oportunidade de enunciar, enaltecemos a resposta cabal dada pelo município em nome do bem-estar social do nosso concelho e de todos os nossos munícipes, empresas e instituições. -----

Ora o Relatório hoje apresentado a esta Assembleia também nos dá esperança e alento, uma vez que o mesmo configura um investimento total na ordem dos 13,6 milhões de euros, refletindo-se neste valor um aumento de 7,2 milhões de euros, quando comparado com o exercício do ano anterior, uma vez que o mesmo é o maior investimento aplicado pelo Município de Ourém desde 2005. -----

Perante este facto, e pela apresentação que nos foi feita, relativamente ao Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Município referente a 2020, destaco também, por exemplo, o facto de o município não ter pagamentos em atraso, bem como as dívidas a terceiros terem descido de forma ímpar quando comparado com um período de praticamente duas décadas. -----

Na sequência da explanação do resultado líquido do exercício, o CDS regozija-se com a forma exímia como tem sido conduzida a gestão levada a cabo pelo executivo PSD-CDS, e entendemos que é este o caminho certo, contas em dia, contas certas, contas robustas e saudáveis. -----

Foi, portanto, possível avançar com um plano cuidadosamente construído quer do ponto de vista de visão estratégica, quer do ponto de vista financeiro. Estamos onde sempre estivemos, a lutar diariamente pela qualidade de vida dos ourenses. -----

O projeto que levamos a cabo nunca foi de 4 anos, desengane-se quem pensa que a estratégia que temos é de 4 anos, que a visão que temos é para 4 anos. Ele vai bastante para além desse período temporal e se essa for a vontade dos ourenses, veio para ficar. -----

É, por isso, que quando se fala de Estratégia, a mesma é e tem que ser pensada e construída de forma responsável e sem onerar de forma irresponsável as gerações vindouras, ou seja, a mesma não poderá ser concretizada se não dispusermos de uma estratégia de sustentabilidade financeira capaz, de a alicerçar e suportar. E isto não é ser economicista nem colocar o dinheiro acima seja do que for. É, simplesmente, ser responsável. -----

Portanto, Senhor Presidente da Assembleia e, em especial, Senhor Presidente da Câmara, o CDS congratula-se com o caminho traçado e, mais do que isso, com a forma como V.^a Ex.^a, e o Executivo a que preside têm gerido eficiente, equilibrada e transparentemente os dinheiros e os serviços públicos autárquicos. Com a inestimável vantagem de ter vindo sempre a reduzir a carga fiscal sobre as pessoas, as famílias e as empresas. Para nós é, e será este o caminho! --
Cá continuamos a honrar os compromissos que assumimos para com os ourenses, de forma responsável e sem comprometer o futuro coletivo. Isto é, o futuro de Ourém e os Ourenses. ---
Tenho dito.” -----

= **HELENA SANTOS PEREIRA**, na qualidade de representante do grupo municipal MOVE, expôs o seguinte: “Gostaria de colocar uma questão ao senhor Presidente -----

O senhor Presidente da Câmara dizia, há pouco, que durante estes três anos de mandato, em especial este último ano, que a amortização aumentou muito os créditos; que o valor da dívida nunca foi, tão baixo, nos últimos 20 anos; que não há pagamentos em falta; a capacidade financeira também aumentou. Mas, disse também que o investimento aumentou em 2020. Perguntava o porquê do aumento do investimento só em 2020. -----

Obrigada” -----

= **CUSTÓDIO DE SOUSA HENRIQUES**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Seiça, expôs o seguinte: “Ou por lapso ou pelo que vi do relatório, na página 113-114, aparece, em relação à rua Professor Pimentel, a fiscalização da empreitada, duas vezes. -----

E, na página 115-116, os projetos e procedimentos de reabilitação da rua Professor Pimentel, também aparece duas vezes. -----

Penso que será por engano ou então, é outro projeto que estava previsto e não se realizou em Seiça! -----

Outra questão. Não há dúvida nenhuma que é importante o superávit orçamental e é um exemplo de boa gestão. À semelhança do que referi, no ano transato, penso que o investimento também deve ser uma preocupação ao nível das freguesias para criar condições a nível do desenvolvimento. Dado que, neste momento, o investimento público é fundamental para apoiar os empresários e para o desenvolvimento regional, no meu ponto de vista, penso que se poderia ter ido, um pouco mais longe, a nível do investimento, a nível das freguesias. ---
Muito obrigado” -----

----- Solicitando a palavra, o membro da Assembleia Municipal, senhor NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA expôs o seguinte: “No relatório do senhor Revisor Oficial de Contas era focada a não existência de qualquer apólice de seguros para os edifícios propriedade do Município. Isto é algum equívoco?” -----

----- Tomando a palavra, o CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA prestou os seguintes esclarecimentos técnicos: “Se me é permitido, esclarecia a questão as despesas com pessoal nos órgãos municipais. Importa ter presente o seguinte, por força das leis do orçamento de Estado foram induzidas, durante um conjunto de anos, reduções remuneratórias. Essas reduções remuneratórias tiveram influência até ao ano transato, ou seja, em bom rigor,

mesmo sem entrada de funcionários em 2020, 2020 iria assinalar um acréscimo das despesas com pessoal face a 2019, mesmo num cenário de variáveis iguais porque há variáveis na despesa que têm influência que, muitas vezes, passam despercebidas. Dou um exemplo, as despesas com a ADSE, que é o Município que as comparticipa e que deriva dos atos médicos dos funcionários ou agentes. No contexto do executivo, há um aumento decorrente de não existirem aumentos remuneratórios em 2020 face ao que foi em anos anteriores, parciais, porque houve reduções ainda parciais. Não se nota depois no restante, há uma quebra do ponto de vista geral porque há uma saída de 18 funcionários. Há uma quebra do número funcionários no Município de 2019 para 2020, essencialmente, por aposentações. Se são aposentações, estamos a falar de encargos remuneratórios de funcionários que estarão já numa fase próxima do topo da carreira. É esse o facto que está a influenciar o contexto geral de despesas com pessoal. -----

Já a questão da apólice de seguros, posso dar um exemplo da Polícia de Segurança Pública em Portugal que não tem seguros na área das viaturas. É uma questão de opção. -----

E, refiro o seguinte, se amanhã, ocorrer um terramoto como de 1755 e o Estado, na sua generalidade, tivesse apólices dos seus ativos, não sei se as seguradoras iriam ter capacidade de comparticipar neste âmbito ou se o Estado iria acabar, com contextos legislativos, não honrar aquilo que seria a falência, certamente, das seguradoras. O Município não tem. Poderá daí advir que, durante todos estes anos não ter este encargo. É uma circunstância que vem desde sempre. -----

Quanto à duplicação e Seiça, efetivamente, é um lapso do documento, ou seja, está disposto duas vezes. Um lapso efetivo.” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, expôs o seguinte: “Procurando responder às questões que foram colocadas. -----

O deputado Nuno Baptista fala do investimento e de eu ter, hoje aqui, não dito que era o maior investimento dos últimos 16 anos, como consta do relatório. Esta questão já foi colocada pelo senhor vereador José Reis, no decurso da reunião de Câmara. Tive a oportunidade de lhe entregar um documento oficial do Município, onde aquilo que digo no relatório é a verdade. Só em 2004 é que são 16 milhões de euros de investimento. Daí para cá, nunca houve um

investimento, tão grande, como em 2020. O senhor vereador disse que procurou e que os números não batem certo. Sinceramente, não fui verificar, mas perguntei ao chefe de divisão, ele está aí, pode confirmar, tendo dito que os números que aqui estão são os corretos. Fiz o meu relatório com base num documento oficial que, como disse, tive a oportunidade de entregar ao senhor vereador e posso também entregar a si. Foi com base nisto que fiz a minha intervenção inicial da nota introdutória do relatório. -----

A questão do Município de Ourém ser, segundo o relatório do Tribunal de Contas, dos concelhos que menos investiu no apoio às famílias no âmbito da pandemia. Curiosamente, na passada semana, estevemos na CIMT, onde foram apresentados os gastos que todos os 13 municípios tiveram, no âmbito da Pandemia, através da CIMT porque, a maior parte das despesas, conforme já disse, foram feitas através da Comunidade. O Município de Ourém é o que tem, de longe, o valor mais alto dos 13. Como também já tive oportunidade de dizer, esses valores não constavam do relatório do Tribunal de Contas porque a CIMT só efetuou as notas de débito em dezembro do ano passado e o relatório do Tribunal de Contas é anterior a essa data. Esclarecer esta situação que me parecer ser esclarecida para que não restem dúvidas. ---

Os três milhões gastos com a pandemia. Recordo que a pandemia começou o ano passado, mas que infelizmente continua este ano. Os três milhões de euros hão de ser o somatório dos valores que investimos o ano passado com aqueles que já investimos este ano e que ainda não estão refletidos no relatório porque, a pandemia continua. -----

Grau de execução da despesa. Obviamente, não estamos satisfeitos, gostaríamos de ter muito mais. Quem está deste lado e quem está minimamente preparado para exercer estas funções, não só eu como os meus colegas, sabemos das dificuldades que temos, hoje, na adjudicação de obras e na demora que isso aconteça, seja por alguns concursos ficarem desertos, seja pelo Tribunal de Contas demorar muito tempo a responder às nossas questões. Não estamos satisfeitos, queremos mais, mas é aquilo que é possível fazer e penso que muito se tem feito. – Apólice de seguro. Estranho essa questão. sempre foi assim, o Dr. Fernando Marques acabou de confirmar. Admiro-me, em oito anos que o Partido Socialista aqui esteve, nunca ter colocado esta questão. Sempre foi assim. -----

A deputada Helena Pereira pergunta porque só agora houve este investimento. Senhora deputada, em 2021, será igual ou superior a este valor, portanto, não foi só em 2020. -----

Os senhores deputados do Partido Socialista quanto ao exercício de 2017, votaram favoravelmente as contas. Hoje não sei qual o sentido de voto, admito que se possam abster. Mas, vou comparar alguns números com 2017, quando os senhores votaram a favor e 2020, quando os senhores, provavelmente, não irão votar a favor. Números. Dívida em 2017, 11,7 milhões de euros. Dívida atual 6,5. Investimento em 2014, 2015 e 2016, 13,7 milhões de euros. Investimento em 2018, 2019 e 2020, 25,9 milhões de euros. Investimento, nestes três anos, pelo Partido Socialista, 13,7 milhões de euros. Investimento só em 2020, deste executivo, 13,5, ou seja, num ano, em 2020, investimos tanto como os senhores em três anos. -----

Outro número interessante. Saldo de depósitos à ordem e caixa que o Partido Socialista nos deixou, 2,6 milhões de euros. Era o valor que existia em saldo depósito à ordem no Município. Em 31 dezembro 2020, havia 11,5 milhões de euros. Os senhores votaram favor do orçamento, em 2017, quero ver a vossa coerência. Os números estão à vista. -----

Ainda em 2017 o fundo de manuseio do Município era 4,9 milhões de euros. Agora, é 13,4. -----

O cash flow em 2017 era de 7,8 milhões de euros, agora é 9,6. -----

Solvabilidade em 2017, 4,07. Em 2020, 8,73. -----

Grau de autonomia financeira. Em 2017, 0,75. Em 2020 0,89. -----

Liquidez geral. Em 2017, 1,84. Em 2020, 5,10. -----

Acho que os números estão à vista e aguardo com expectativa a vossa votação para ver a vossa coerência em termos de votação. -----

Em relação ao senhor Presidente de Junta de Freguesia de Seiça que falou no investimento. Obviamente que também gostaríamos de investir mais nas Freguesias. Sabe que existem muitos projetos a nível de Freguesia a serem executados, entre eles, o que falou há pouco na sua intervenção, na rua do Pombalinho, rua das Serradas, os arranjos exteriores da casa mortuária de Seiça, que queremos colocar tudo no mesmo procedimento e, assim, ficar, definitivamente, requalificado todo o espaço central da Freguesia de Seiça que bem precisa. ---
Muito obrigado” -----

----- Solicitando a palavra, o membro da Assembleia Municipal, senhor NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA, expôs o seguinte: “Em primeiro lugar não fiquei esclarecido com aquela questão, com o Dr. Fernando Marques, com o aumento de 15%. Eu acho que há duas rubricas diferentes. Ele fala na diminuição dos gastos com funcionários e explicou o porquê. Mas, o que li, e posso ter lido mal, há uma rubrica diferente que é para os órgãos autárquicos e não para os funcionários e, é nessa rubrica, que vi que há um aumento perto de 15%. Eu, não me parece que, este ano especialmente, tenha havido a reversão dos cortes de 15%, mas posso ter percebido mal e fiquei com essa dúvida. -----

Segunda questão é sobre o seguro. Referi este facto porque vem referido no relatório do senhor ROC e, nós atentos, lemos o relatório do ROC. Parece-nos uma questão coerente. O senhor Presidente é responsável pela questão política. Se para trás não estava feito, na minha opinião estava mal. O Dr. Fernando Marques falou num terramoto, eu falo num incêndio que é uma coisa mais local, mais específica. É uma opção. Referimos o facto porque vem referido no relatório do ROC. Era inimaginável, para nós, saber que não havia isso, só os órgãos executivos é que devem ter acesso a isso, por isso, pus a questão. -----

Gostaria de ver a comparação 2009 / 2020.” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, expôs o seguinte: “Não querendo substituir ao Dr. Fernando Marques, ele está muito mais habilitado para responder do que eu, mas parece-me que a questão dos órgãos sociais pode ter a ver com a alteração da contabilização dos acréscimos de custos com as férias e os subsídios de férias dos órgãos sociais porque, no passado, no POCAL, penso que isso não acontecia. Penso que é isso, mas o Dr. Fernando Marques e o Dr. Paulo Braz, a quem agradeço também a presença e o seu trabalho, poderão ajudar também neste esclarecimento. -----

Relativamente ao seguro, aquilo que os ROC fizeram este ano, penso eu, fizeram-no em 2017, 2018, 2019 e 2020. Penso que isso se reflete há muitos anos, em todos os relatórios. É uma chamada de atenção que os senhores revisores fazem aos órgãos políticos do Município. -----

Aproveito, se houver alguma curiosidade, para verificarem nos outros municípios se alguns têm esse seguro. -----

Entendemos que é um gasto, se assim se pode entender, que não se justifica. -----

Muito obrigado” -----
----- Tomando a palavra, o CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA expôs o seguinte: “Gostaria de clarificar um pouco mais a questão das despesas. O Município não fez qualquer alteração neste âmbito. Este acréscimo deriva essencialmente da inexistência de reduções remuneratórias impostas pela Lei do Orçamento de Estado. Não houve qualquer alteração na composição do órgão executivo ou dos nomeados no contexto do órgão executivo que derivasse em qualquer acréscimo de despesa. Há uma alteração no contexto da base remuneratória por força desse impacto daí decorrente.” -----

----- **NÃO SE REGISTANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR MAIORIA, COM 23 VOTOS A FAVOR – 18 GRUPO MUNICIPAL PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA; 03 GRUPO MUNICIPAL CDS-PP; 02 GRUPO MUNICIPAL PARTIDO SOCIALISTA E 11 ABSTENÇÕES – 09 GRUPO MUNICIPAL PARTIDO SOCIALISTA; 02 DO GRUPO MUNICIPAL MOVE – 34 PRESENCAS.** -----

----- De seguida, apresentaram a respetiva declaração de voto, os membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA, na qualidade de representante do grupo municipal do Partido Socialista expôs o seguinte: “O grupo municipal do Partido Socialista, abstêm-se na votação do relatório de contas e de gestão do ano económico de 2020, só e simplesmente porque o relatório elaborado pelos serviços do município, está tecnicamente muito bem elaborado e porque existe um parecer favorável do Revisor Oficial de Contas. -----

Do ponto de vista do desenvolvimento do nosso município, o ano de 2020 foi claramente negativo, pois este desenvolvimento ficou refém das políticas partidárias com objetivo unicamente centrado no ciclo eleitoral. -----

O saldo orçamental de 16,7 milhões de €, revela as notórias dificuldades que este executivo teve em implementar o seu próprio programa. -----

Fica a dúvida no ar, se essas dificuldades foram propositadas por calculo eleitoral ou foram por incompetência da gestão municipal. -----

Uma certeza nós temos, quer seja por uma razão ou por outra, estas incapacidades tornam-se gravíssimas para o desenvolvimento do nosso concelho.” -----

= CUSTÓDIO DE SOUSA HENRIQUES, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Seiça, expôs o seguinte: “Votei a favor do Relatório de Contas de 2020, embora as nossas expetativas, no que se refere à execução dos projetos que não foram executados na sua totalidade, passando para 2021. -----

Apesar disso, ficamos esperançados da superavit orçamental existente permita que, este ano, um maior investimento nas obras de requalificação que a Freguesia de Seiça tanto necessita. – Senhor Presidente, não se preocupe que este ano seja ano de eleições, pois nós, muito gostaríamos que fizesse mais obras de requalificação pois, a população agradece. Já está à espera há muito tempo. -----

Muito obrigado” -----

= HELENA SANTOS PEREIRA, na qualidade de representante do grupo municipal MOVE, expôs o seguinte: “Analisados todos os documentos em apreço, bem elaborados pela Divisão de Gestão Financeira (DGF) e corroborados pelo Revisor Oficial de Contas (ROC), conclui-se que as contas do município, de um ponto visto técnico, foram bem elaboradas. -----

No entanto, e o que para o MOVE importa principalmente referir, do ponto visto político-partidário e até estratégico, as opções e orientações desde executivo camarário, traduziam-se na nossa opinião, num equilíbrio orçamental conseguido através de uma poupança desmedida, que resultou na falta de investimento público ao longo destes quase 4 anos. -----

De facto, 4 anos não são 4 dias, e por mais quisermos, o tempo não pára, muito menos recua.

E se pensarmos no tempo que qualquer projeto/obra demora desde a sua idealização até à sua efetiva concretização, num país tão burocrático como o nosso, o tempo é efetivamente precioso, e entendemos, por isso, que não podendo estar as espera de oportunidades de financiamento ou apoios comunitários para definir estratégias e/ou obras, mas sim procurar inovar e propor ideias, projetos e obras procurando financiamentos e apoios para esses efeitos.

A maiorias das obras concluídas durante os últimos 4 anos têm mão do anterior executivo do qual o MOVE fez parte. Onde estão as obras de fundo apregoadas desde 2018 até hoje? E as estratégias de desenvolvimento do Concelho? -----

É neste contexto que o Move abstém-se, já sem esperança de qualquer mudança de estratégia deste executivo, com a plena consciência de que este concelho e todos os que lhe habitam mereciam mais.” -----

= SUSANA MARGARIDA SANTOS COSTA PEREIRA, na qualidade de Tesoureiro da Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, expôs o seguinte: “Boa tarde -----

Cumprimento a todos na pessoa do senhor Presidente -----

O voto da Freguesia da Piedade é a favor. -----

Pedimos, à semelhança do ano anterior, que seja feito um maior investimento nas freguesias.

Que o que não foi feito, possa ser feito futuramente, independentemente, de ano de eleições ou não. Há muita coisa que, realmente, ficou para trás e que vai ficando e que é preciso ser feito porque as freguesias não têm capacidade orçamental para fazer tudo, precisando da Câmara Municipal. -----

Muito obrigado” -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.02 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – REGULAMENTO

“PRÉMIO JOVEM UNIVERSITÁRIO”. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 29484**, datado de **2021.05.05**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2021.05.03, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação da proposta citada em epígrafe, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (versão atualizada). -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- Na reunião de 15 de fevereiro último, a Câmara deliberou submeter a proposta de regulamento indicado em epígrafe a consulta pública, pelo período de 30 dias, nos termos e para efeitos do artigo 101.º, do Código do Procedimento Administrativo. -----

---- Publicado na 2.ª Série – N.º 46, do **Diário da República**, no dia 08 de março transato, o referido projeto de regulamento esteve a discussão pública até ao dia 20 de abril de 2021. --

---- Nesta reunião foi apresentado, de novo, todo o processo instruído com a informação registada sob o n.º 26.149/2021, do **Serviço de Associativismo, Desporto e Juventude**, a colocar à consideração superior a versão final do citado regulamento, dando conta de que não foram recebidos quaisquer contributos no prazo estipulado para o efeito.-----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.03 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – PEDIDOS DE ISENÇÃO DE TAXAS. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 29481**, datado de **2021.05.05**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2021.05.03, comunicando, a este órgão deliberativo, o teor da deliberação tomada no âmbito da matéria citada em epígrafe, nos termos do n.º 3, do artigo 2.º, da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril, versão atualizada. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- Relativamente ao assunto designado em epígrafe, foi apreciada a informação registada sob o n.º 25.592/2021, do **Setor de Metrologia, Cemitério e Licenciamentos não Urbanísticos**, a colocar a decisão superior, os pedidos de isenção do pagamento de taxas inerentes a esplanadas, toldos e publicidade. -----
---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.04 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – FREGUESIA DE CAXARIAS – PEDIDOS DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 29477**, datado de **2021.05.05**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2021.05.03, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 2, do artigo 16.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, autorização para isentar a Freguesia de Caxarias, do pagamento das taxas no valor de 611,40 euros, relativas ao licenciamento de obras de requalificação do Largo da Feira e sanitários e arranjos exteriores de espaço destinado a atividades festivas, culturais e económicas, sito na Rua São Bartolomeu, Freguesia Caxarias. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- No seguimento dos requerimentos da **Freguesia de Caxarias** (com sede na Rua dos Combatentes, n.º 202, em Caxarias, deste Concelho), a requerer a isenção do pagamento das taxas relativas ao licenciamento de obras de requalificação do Largo da Feira e sanitários e de arranjos exteriores de espaço destinado a atividades festivas, culturais e económicas, sito na Rua São Bartolomeu, daquela freguesia,

cujos processos ainda não foram entregues nesta Câmara Municipal, a **Divisão de Urbanismo e Território** prestou a informação registada sob o n.º 20.467/2021, a dar conta de que as taxas têm um valor estimado de 611,40€. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.05 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – FREGUESIA DE URQUEIRA – PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 34577**, datado de **2021.05.25**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2021.05.17, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 2, do artigo 16.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, autorização para isentar a Freguesia de Urqueira, do pagamento do valor 53.096,36 euros, inerente ao processo n.º 327/2018 (operação de loteamento, com obras de urbanização, em Cavadinha – Urqueira) de que é titular. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- Através do ofício registado sob o n.º 24.856/2021, a **Freguesia de Urqueira**, com sede no Largo do Rossio, n.º 1, em Urqueira, deste Concelho, solicitou a isenção do pagamento das taxas, no valor de 53.115,57€, correspondentes ao processo n.º 327/2018 (operação de loteamento, com obras de urbanização, em Cavadinha – Urqueira). -----

---- A **Divisão de Urbanismo e Território**, ouvida sobre a pretensão, prestou a sua informação registada sob o n.º 27.037/2021, a esclarecer que o total das taxas relativas ao citado processo

é de 123.682,83€, dos quais 70.567,26€ foram isentados por deliberação da Assembleia Municipal, de 20 de dezembro de 2018, restando o montante agora solicitado pela Freguesia de Urqueira a que se deve retirar o valor de 19,21€, a suportar pela requerente, destinado ao livro de obra. Face ao exposto, dá conta de que o valor a isentar é de **53.096,36€**. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.06 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA PIEDADE – PROPOSTA DE PROTOCOLO. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 34624**, datado de **2021.05.25**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2021.05.17, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea j), do n.º 1, do art.º 25º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (versão atualizada), autorização para apoiar financeiramente, até ao montante de 19.327,26 euros, a Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, mediante a celebração de protocolo. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- Foi apresentada a proposta de protocolo, registada sob o n.º 19.325-A/2021, a celebrar com a **Freguesia de Nossa Senhora da Piedade**, sedeadada na Rua Dr. Agostinho Barroso Gonçalves, n.º 9, 1.º andar, nesta cidade, com o objetivo de apoiar financeiramente, até ao montante de 19.327,26€, os encargos decorrentes das obras de arranjos exteriores do parque de estacionamento, junto ao Cemitério

de Vale Travesso, incluindo direitos e deveres de cada um dos outorgantes, válido até que ocorra a justificação do montante inerente à última prestação relativa ao apoio em referência. --

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS.** -----

----- De seguida, o membro da Assembleia Municipal, senhora SUSANA MARGARIDA SANTOS COSTA PEREIRA, na qualidade de Tesoureiro de Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, expôs o seguinte: “Solicitamos o apoio à Câmara Municipal para este projeto, o qual, agradecemos. -----

Obrigada, não só pelo apoio financeiro, mas também por toda a colaboração que temos tido por parte dos funcionários da Câmara Municipal que estão envolvidos nesta questão. -----

Obrigada” -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.07 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MATAS E CERCAL – PROPOSTA DE PROTOCOLO. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 38807**, datado de **2021.06.14**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2021.06.07, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea j), do n.º 1, do art.º 25º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (versão atualizada), autorização para apoiar financeiramente, até ao montante de 57.720,00 euros, a União das Freguesias de Matas e Cercal, mediante a celebração de protocolo. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- O **Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, através da sua informação datada de 12 de maio findo, colocou à consideração superior proposta de texto de protocolo, registada sob o n.º 9480-A/2021, a celebrar com a **União das Freguesias de Matas e Cercal**, com sede na Rua 1.º de Janeiro, n.º 489, em Matas, deste Concelho, com o objetivo de apoiar financeiramente, até ao montante de 57.720,00€, os encargos decorrentes da remodelação do edifício sede da referida união de freguesias, válido até que ocorra a justificação do montante inerente à última prestação relativa ao apoio. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS.** -----

----- De seguida, o membro da Assembleia Municipal, senhor VIRGÍLIO ANTUNES DIAS, na qualidade de Presidente da União das Freguesias de Matas e Cercal, apresentou a seguinte declaração de voto: “Boa tarde a todos -----

Na pessoa do senhor Presidente da mesa, cumprimento todos os presentes -----

Gostaria de aproveitar esta oportunidade, para agradecer ao senhor Presidente da Câmara por este apoio financeiro. -----

Lembro que a Junta não tem receitas próprias e daí a ajuda ser muito importante para que estas obras necessárias possam ser realizadas. -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.08 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – FREGUESIA DE FÁTIMA – PROPOSTA DE PROTOCOLO. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 41850**, datado de **2021.06.24**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2021.06.21,

solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea j), do n.º 1, do art.º 25º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (versão atualizada), autorização para celebrar, com a Freguesia de Fátima, o citado protocolo, cedendo as instalações da antiga escola do 1.º ciclo do ensino básico, sita na Travessa do Cruzeiro, n.º 2, em Lombo d'Égua, daquela Freguesia, para implementação da nova Biblioteca Pública de Fátima. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “--- Na reunião de 17 de maio findo, a Câmara deliberou concordar com o texto de protocolo a celebrar com Freguesia de Fátima, sediada na Avenida Irmã Lúcia de Jesus, n.º 181, em Fátima, deste Concelho, referente à cedência das instalações da antiga escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico, sita na Travessa do Cruzeiro, n.º 2, em Lombo d'Égua, da dita freguesia, para implementação da Nova Biblioteca Pública de Fátima e solicitar à Assembleia Municipal autorização para apoiar aquela freguesia, conforme o disposto na alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual. -----

---- Nesta reunião foi apresentado, de novo, todo o processo, instruído com uma informação, datada de 11 de junho em curso, do **Setor Património**, a anexar novo texto de protocolo, registado sob o n.º 19.963-A/2021. -----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, exarou no processo, também em 11 de junho em curso, a seguinte informação: “Propõe-se a reaprovação deste processo (com um prazo de vigência de 5 anos e renovações amissíveis de um ano), a remeter ao órgão deliberativo (caso mereça a concordância do órgão executivo), em detrimento do processo anteriormente aprovado (o prazo estabelecido visa garantir o prazo mínimo inerente a financiamento externo obtido pela Freguesia de Fátima consignado a investimento no referido imóvel). -----

---- À Consideração Superior”. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal, senhor: -----

= **HUMBERTO ANTÓNIO FIGUEIRA DA SILVA**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Fátima, expôs o seguinte: “Na reunião de 17 de maio deste ano, a Câmara deliberou efectuar um protocolo com Freguesia de Fátima referente à cedência das instalações da antiga escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico, sita na Travessa do Cruzeiro, n.º 2, em Lombo d’Égua, para implementação da Nova Biblioteca Pública de Fátima e sala polivalente de exposições/atividade cultural. -----

Na sessão de hoje, dia 28 de junho, a Assembleia Municipal, acabou de confirmou o teor deste protocolo, velha aspiração da freguesia de Fátima. -----

Há muito que se fazia sentir a necessidade da dignificação do espaço da Biblioteca de Fátima, resolvendo carências estruturais no que diz respeito a esta fruição cultural. Queria, em nome da Junta de Freguesia, agradecer à Câmara Municipal todo o empenho colocado na resolução desta lacuna que vai permitir criar uma nova centralidade cultural, numa estrutura funcional digna e atraente. -----

Fátima passa assim a dispor de um espaço aglutinador da nossa componente comunitária, aberto de e para todos. Um espaço focado não só nas práticas de leitura, facilitador do acesso ao livro e fomentando hábitos relativamente ao seu usufruto, mas apostado também numa dimensão educativa das práticas das nossas gentes, potencializando, valorizando e divulgando a nossa cultura. -----

Tudo faremos enquanto Junta de Freguesia para que seja um espaço cultural de proximidade e de cooperação com a comunidade de Fátima, favorecendo a divulgação artística e cultural, com uma matriz fortemente identitária de e na nossa freguesia.” -----

----- **DE SEGUIDA, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.09 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – FREGUESIA DE FÁTIMA – PROPOSTA DE PROTOCOLO. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 42137**, datado de **2021.06.24**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2021.06.21, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea j), do n.º 1, do art.º 25º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (versão atualizada), autorização para apoiar financeiramente, até ao montante de 23.000,00 euros, a Freguesia de Fátima, no âmbito dos encargos decorrentes da aquisição de placas toponímicas, para diversas ruas, na zona urbana da cidade de Fátima, mediante a celebração de protocolo. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- O **Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, através da sua informação datada de 28 de abril transato, colocou à consideração superior proposta de texto de protocolo, registada sob o n.º 7969-A/2021, a celebrar com a **Freguesia de Fátima**, com sede na Avenida Irmã Lúcia de Jesus, n.º 181, da referida freguesia, com o objetivo de apoiar financeiramente aquela Autarquia, até ao montante de 23.000,00€, os encargos decorrentes da aquisição de placas toponímicas para diversas ruas, sitas na zona urbana da Cidade de Fátima, válido até que ocorra a justificação do montante inerente à última prestação relativa ao citado apoio. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal, senhor: -----

= **HUMBERTO ANTÓNIO FIGUEIRA DA SILVA**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Fátima, expôs o seguinte: “A Junta de Freguesia, desde 2019, tem vindo a requalificar as placas toponímicas da cidade de Fátima, apostando na dignificação da sinalética, essencial para a informação / orientação quer dos habitantes, quer de quem nos visita. -----

É, pois de toda a justiça deixarmos um agradecimento a este Executivo e a esta Assembleia pela aprovação deste protocolo que tem como objetivo apoiar financeiramente parte dos encargos decorrentes da aquisição de placas toponímicas para a zona urbana de Fátima, que serão colocadas pela Junta de Freguesia.” -----

----- DE SEGUIDA, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS. -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.10 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA PIEDADE – PROPOSTA DE PROTOCOLO. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 42081**, datado de **2021.06.24**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2021.06.21, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea j), do n.º 1, do art.º 25º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (versão atualizada), autorização para apoiar financeiramente, até ao montante de 23.356,10 euros, a Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, no âmbito dos encargos decorrentes dos arranjos exteriores na rua Dr. Agostinho Barroso Gonçalves, na cidade de Ourém, mediante a celebração de protocolo. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- O **Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, através da sua informação datada de 07 de maio findo, colocou à consideração superior proposta de texto de protocolo, registada sob o n.º 19.327-A/2021, a celebrar com a **Freguesia de Nossa Senhora da Piedade**, com sede na Rua Dr. Agostinho Barroso Gonçalves, n.º 1, 1.º andar, nesta cidade, com o objetivo de apoiar financeiramente aquela Autarquia, até ao montante de 23.356,10€, os encargos decorrentes dos arranjos exteriores na citada rua, válido até que ocorra a justificação do montante inerente à última prestação relativa ao citado apoio. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS. -----

----- De seguida, o membro da Assembleia Municipal, senhora SUSANA MARGARIDA SANTOS COSTA PEREIRA, na qualidade de Tesoureiro de Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, expôs o seguinte: “Solicitamos o apoio à Câmara Municipal para este projeto, o qual, agradecemos. -----

Neste ponto em questão, achamos que é muito pertinente porque é uma zona muito feia da nossa cidade, aqui às portas da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal. -----

Era mesmo necessário fazermos esta intervenção. -----

Obrigada, não só pelo apoio financeiro, mas também por toda a colaboração que temos tido por parte dos funcionários da Câmara Municipal que estão envolvidos nesta questão. -----

Obrigada” -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.11 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – P067/2021 – MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE ELEVAÇÃO DO MUNICÍPIO, DURANTE 36 MESES. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 34620**, datado de **2021.05.25**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2021.05.17, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assunção dos compromissos plurianuais, decorrentes da proposta referida em epígrafe. ---

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- No âmbito da proposta de realização de despesa registada sob o n.º 10.962/2021, da Divisão de Projetos Técnicos, foram apresentados o Convite e o Caderno de Encargos para a prestação de serviços designada em

epígrafe, com o preço base de 17.276,76€ e pelo prazo de execução de 36 meses, instruídos com uma informação, datada de 22 de abril findo, do **Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, a propor a escolha do procedimento de ajuste direto, nos termos da alínea d), do n.º 1, do artigo 20.º, do Código dos Contratos Públicos e a dar conta, nos termos do n.º 3, do artigo 47.º, daquele diploma, de que a fixação do preço baseou-se nos valores praticados em procedimentos similares. -----

---- O **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, ouvido sobre o assunto, exarou no processo uma informação, datada de 03 de maio corrente, a dar conta de que concorda com o procedimento e as peças propostas, salientando a existência de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação vigente e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso.-----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.12 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – P071/2021 – FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES PARA O ANO LETIVO DE 2021-2022. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 35868**, datado de **2021.05.30**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2021.05.17, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assunção dos compromissos plurianuais, decorrentes da proposta referida em epígrafe. ---

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- No seguimento da informação registada sob o n.º 22.688/2021, da Divisão de Educação e Vida Saudável, foram apresentados o Anúncio, o Programa de Procedimento e o Caderno de Encargos para a prestação dos serviços indicados em epígrafe, instruídos com uma informação, datada de 10 de maio em curso, do **Chefe do Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, a propor a escolha do procedimento de concurso público, nos termos da alínea b), n.º 1, do artigo 20.º, do Código dos Contratos Público, fixando o preço base em 340.000,00 euros, referindo, nos termos do n.º 3, do artigo 47.º, daquele diploma, que a fixação do preço baseou-se em procedimento anterior. -----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** exarou no processo uma informação, datada também de 10 do corrente mês, que se reproduz na íntegra: “Concordo com o procedimento e as peças propostas salientando a existência de adequado enquadramento orçamental nos termos da legislação vigente e de fundos disponíveis em montante suficiente apurados em observância à LCPA. -----

---- A despesa proposta incide em 2021 (142.380 euros) e 2022 (241.820 euros).-----

---- À Consideração Superior (competência do órgão deliberativo).” -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.13 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – P086/2021 – AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA SERVIÇO DE RECOLHA DE MONOS. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 38811**, datado de **2021.06.14**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2021.06.07,

solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assunção dos compromissos plurianuais, decorrentes da proposta referida em epígrafe. ---

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- No seguimento da proposta de realização de despesa registada sob o n.º 20.291/2021, da Divisão de Ambiente e Sustentabilidade, foram apresentados o Convite e o Caderno de Encargos para efeitos do designado em epígrafe, instruídos com uma informação, datada de 26 de maio findo, do **Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, a propor a escolha do procedimento de consulta prévia, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 20.º, do Código dos Contratos Públicos, com o preço base de 54.000,00€ e pelo prazo de 120 dias e a dar conta, nos termos do n.º 3, do artigo 47.º, daquele diploma, de que a fixação do preço se baseou em consulta preliminar ao mercado. -----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** exarou no processo uma informação, datada de 31 também de maio findo, a dar conta de que concorda com o procedimento e peças propostas, salientando a existência de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação vigente e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso.-----

---- Termina a referir que, face ao horizonte da despesa plurianual, deverá o órgão deliberativo pronunciar-se.-----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

**02.14 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – P090/2021 –
REQUALIFICAÇÃO URBANA DA EN113 – TROÇO ENTRE OS LIMITES URBANOS E ESTE
DA CIDADE DE OURÉM.**

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 41983**, datado de **2021.06.24**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2021.06.21, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assunção dos compromissos plurianuais, decorrentes da proposta referida em epígrafe. ---

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- No âmbito do processo registado sob o n.º 73.100/2020, da Divisão de Projetos Técnicos, foram apresentados o Anúncio, o Programa de Procedimento e o Caderno de Encargos, para efeitos do indicado em epígrafe, instruídos com uma informação, datada de 16 do mês em curso, do **Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, a propor a escolha do procedimento de concurso público, nos termos da alínea b), do artigo 19.º, do Código dos Contratos Público, fixando o preço base em 1.392.919,23 euros, referindo, nos termos do n.º 3, do artigo 47.º, daquele diploma, que a fixação do preço baseou-se em procedimentos similares. -----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** exarou no processo uma informação, datada daquele mesmo dia, que se reproduz na íntegra: “Concordo com o procedimento e as peças propostas, salientando a existência de adequado enquadramento orçamental nos termos da legislação vigente e de fundos disponíveis em montante suficiente apurados em observância à LCPA. -----

---- Considerando que esta despesa apenas deverá ter realização física e financeira em 2021, emerge um encargo para anos seguintes, no valor de 1.476.494,38 euros, os quais estão sujeitos à prévia autorização da assembleia municipal. -----

---- À Consideração Superior (competência do órgão deliberativo)”. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.15 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – TRANSPORTES ESCOLARES DOS ALUNOS DO PRÉ-ESCOLAR, DOS 1.º, 2.º E 3.º CICLOS DO ENSINO BÁSICO E DO SECUNDÁRIO/PROFISSIONAL – ANO LETIVO 2021/2022. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 34622**, datado de **2021.05.25**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2021.05.17, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assunção dos compromissos plurianuais, decorrentes da proposta referida em epígrafe, a seguir descritos: -----

----- Ano 2021 – 337.151,49 euros -----

----- Ano 2022 – 421.439,37 euros -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- Foi apresentada a informação registada sob o n.º 28.364/2021, do **Setor de Mobilidade e Transportes**, a propor conforme se passa a transcrever: “(...) Assim, propõe-se que sejam cabimentados os montantes referentes às participações financeiras nas vinhetas e circuitos de transportes escolares para os alunos do Ensino Pré-Escolar, dos 1.º, 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário e Profissional não financiado pelo Programa Ocupacional Capital Humano (POCH) sendo o **valor previsto para o ano civil de 2021 de 337.151,49 (com IVA incluído) e para o ano civil 2022 de 421.439,37 (com IVA incluído)**, conforme descrito na seguinte tabela: -----

Descrição RT	Montante despesas ano civil 2021	Montante despesas ano civil 2022	Montante total ano letivo 2021/2022
Comparticipação em 100% no transporte escolar dos alunos do Ensino Pré-Escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico	93 951,49 €	117 439,37 €	211 390,86 €
Comparticipação em 100% no transporte escolar dos alunos dos 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico	204 000,00 €	255 000,00 €	459 000,00 €
Comparticipação em 50% Ensino Secundário e Profissional não financiado pelo POCH e em 100% para alunos com medidas adicionais no âmbito do diploma da inclusão (Ensino Especial) do Ensino Secundário e do Ensino Profissional não abrangidos pelo POCH	39 200,00 €	49 000,00 €	88 200,00 €
Montante despesas ano letivo 2021/2022	337 151,49 €	421 439,37 €	758 590,86 €

---- **Propõe-se ainda que, efetuado o cabimento, este processo seja encaminhado para análise e aprovação par parte do executivo camarário quanto aos seguintes pontos: --**

1. **Aprovação da participação em 100% nos circuitos de transportes escolares assegurados pela rede de transportes escolares da Rodoviária do Tejo para os alunos do Ensino Pré-Escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico;-----**
2. **Aprovação da participação em 100% do montante da vinheta de transporte escolar para os alunos dos 2.º ciclo e 3.º ciclos do Ensino Básico, desde que respeitadas as condições de matrículas;-----**
3. **Aprovação da participação em 50% do montante da vinheta de transporte escolar para os alunos do Ensino Secundário e Profissional não financiado pelo Programa Ocupacional Capital Humano (POCH), desde que respeitadas as condições de matrículas; -----**
4. **Aprovação da participação em 100% do montante da vinheta de transporte escolar para os alunos com medidas adicionais no âmbito do diploma da inclusão (Ensino Especial) do Ensino Secundário e do Ensino Profissional não abrangidos pelo POCH, desde que respeitadas as condições de matrículas;-----**

5. Aprovação das despesas inerentes aos transportes escolares dos alunos do Concelho de Ourém acima mencionados, para o ano letivo 2021/2022 no valor de 337.151,49 (com IVA incluído) para o ano civil 2021 e de 421.439,37 (com IVA incluído) para o ano civil 2022 (...)" -----

---- Ouvido sobre o assunto, o Chefe da **Divisão de Gestão Financeira** exarou no processo uma informação, datada 10 de maio em curso, a dar conta de que a despesa proposta dispõe de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação aplicável e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----

---- (Aprovado em minuta)" -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. -

02.16 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES AOS ALUNOS DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO – ANO LETIVO 2021/2022. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 34543**, datado de **2021.05.25**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2021.05.17, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assunção dos compromissos plurianuais, decorrentes da proposta referida em epígrafe, a seguir descritos: -----

----- Ano 2021 – 158.400,00 euros -----

----- Ano 2022 – 237.600,00 euros -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- Relativamente ao assunto acima designado, foi apresentada a informação registada sob o n.º 26.157/2021, da **Divisão de Educação e Vida Saudável**, a propor a transferência das verbas, no montante total previsto de 396.000,00€, para as entidades gestoras do serviço de fornecimento de refeições aos alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico, no ano letivo 2021/2022. Termina a colocar à consideração superior a renovação dos protocolos celebrados com essas entidades, válidos para o referido ano letivo, a iniciar a 01 de setembro de 2021. -----

---- O processo encontra-se instruído com uma informação, datada de 03 de maio em curso, do **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, a dar conta de que a despesa emergente dispõe de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação vigente e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à LCPA. Termina a referir que o assunto carece de decisão da Assembleia Municipal, face à plurianualidade da despesa, que corresponde a 158.400,00€, em 2021 e a 237.600,00€, em 2022. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.17 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – PROGRAMA DE EXPANSÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR – ANO LETIVO 2021/2022. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 34545**, datado de **2021.05.25**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2021.05.17,

solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assunção dos compromissos plurianuais, decorrentes da proposta referida em epígrafe, a seguir descritos: -----

----- Ano 2021 – 137.300,00 euros -----

----- Ano 2022 – 240.275,00 euros -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- No âmbito do assunto designado em epígrafe, foi apresentada a informação registada sob o n.º 25.839/2021, da **Divisão de Educação e Vida Saudável**, a propor a transferência das verbas, no montante total de 377.575,00€, para as entidades gestoras dos serviços de animação e apoio à família do Pré-escolar, nomeadamente nas vertentes do fornecimento de refeições e prolongamento de horário, no ano letivo 2021/2022 e bem assim a renovação dos protocolos celebrados com essas entidades, com início a 01 de setembro de 2021 -----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** exarou no processo uma informação, datada de 03 do corrente mês, a dar conta de que a despesa emergente dispõe de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação vigente e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, com incidência nos anos de 2021 (137.300,00€) e 2022 (240.275,00€).

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.18 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS EQUIPAS DE INTERVENÇÃO PERMANENTE – PROPOSTA DE PROTOCOLO. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 42139**, datado de **2021.06.24**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2021.06.21, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assunção dos compromissos plurianuais, decorrentes da proposta referida em epígrafe. ---

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- Através da carta registada sob o n.º 25.536/2021, o **Comando Distrital de Operações de Socorro de Santarém**, com sede na Zona de Atividades Económicas de Almeirim, na Rua C, Lote 83, em Almeirim, remeteu texto de protocolo a celebrar, nos termos da Portaria n.º 1358/2007, de 15 de outubro, na sua redação atual, entre a **Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil**, este **Município** e a **Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Ourém**, destinado a regular as condições de contratação, funcionamento e manutenção, por parte daquela associação, dos elementos que integrarão as Equipas de Intervenção Permanente (EIP), válido pelo período de três anos, renovável automaticamente por igual período. -----

---- A despesa inerente à constituição da EIP é de 18.387,09€ em 2021, 36.774,17€ em 2022, 36.774,17€ em 2023 e 18.387,09€ em 2024. -----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, exarou no processo uma informação, datada de 09 do corrente mês, a dar conta de que a despesa emergente dispõe de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação vigente e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS. -----

----- De seguida, o membro da Assembleia Municipal, senhora DULCE RAQUEL LOURENÇO MATEUS, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Espite, apresentou a seguinte declaração: “Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Ourém, -----

Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ourém, -----

Com a aprovação deste protocolo para a contratação e funcionamento de mais uma Equipa de Intervenção Permanente (EIP) é devida uma menção ao Sr. Presidente da Câmara e seu executivo por mais esta boa notícia. Para nós é ainda mais importante esta nova equipa pois estará afeta às secções de Espite e Freixianda, o que pela extensão do nosso concelho, significa uma maior e mais presente proximidade face à necessidade de socorro nestas zonas. O passo dado neste sentido é demonstrativo da preocupação que se tem tido nesta matéria no presente mandato, sendo que de uma EIP passamos para quatro, tendo hoje todas as corporações esta importante ferramenta, o que significou uma melhoria nas condições e nos serviços a prestar às nossas populações, numa matéria tão sensível e fundamental.” -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.19 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – ALTERAÇÃO AO PLANO DE PORMENOR DA TAPADA – VERSÃO FINAL. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 42138**, datado de **2021.06.24**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2021.06.21, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 1, do artigo 90.º, do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, a apreciação e votação da matéria em epígrafe. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- Na reunião de 05 de abril de 2021, a Câmara deliberou submeter a proposta de alteração ao Plano de Pormenor da Tapada a discussão pública, por um período de 20 dias, de conformidade com o disposto no n.º 2, do artigo 89.º, do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial e de acordo com a informação então prestada pelo Chefe do Serviço de Planeamento do Território. -----

---- Publicado na 2.ª Série – N.º 83, do **Diário da República**, no dia 29 de abril de 2021, a referida proposta esteve a discussão pública até ao dia 04 do mês em curso. -----

---- Nesta reunião foi apresentado, de novo, todo o processo acompanhado com a informação registada sob o n.º 38.657/2021, do **Chefe do Serviço de Planeamento do Território**, a dar conta do seguinte: “(...) 5. No seguimento da decisão municipal de iniciar a modificação do Plano, e concluída a proposta de alteração, a Câmara Municipal solicitou no dia 22 de dezembro de 2020 a conferência procedimental, através da Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial (PCGT) nos termos do previsto no artigo 86º do RJIGT – publicado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio; tendo as entidades, emitido parecer até dia 22 de janeiro de 2021;

---- 6. Nos termos do artigo 87º, n.º 1, a Câmara Municipal iniciou a concertação com as entidades que emitiram parecer desfavorável – a Direção Geral do Território (DGT), ou parecer favorável condicionado a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT) e o Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT); -----

---- 7. As recomendações e observações expressas nos pareceres proferidos na conferência procedimental foram analisados e ponderados pelos serviços municipais e aquelas que se consideraram pertinentes, necessárias foram convenientemente refletidas nos elementos que integram a proposta de Plano. Como tivemos oportunidade de salientar na informação n.º 079/2021/SPT/671 de 31 de março de 2021 – a propósito da sujeição da proposta de alteração a discussão pública, a única entidade, com a qual, à data não tinha sido possível concluir a concertação era a DGT. Isto porque, a Câmara Municipal, aguardava a decisão relativa ao processo de homologação da cartografia, submetido no dia 19/03/2021. No dia 11 de junho de 2021, foi rececionado o ofício daquela Direção Geral a comunicar que a cartografia utilizada na área de intervenção do PPT, foi homologada (Cf. registo n.º 38584/2021); -----

---- 8. O período de discussão pública, para formulação de sugestões, observações pelos interessados, nos termos do artigo 123º, n.º 4 do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, teve a duração de 20 dias úteis, após publicação no Diário da República, 2.ª série, N.º 83, de 29 de abril, Aviso (extrato) n.º 7945/2021; -----

---- 9. No contexto da discussão pública, não foi rececionada qualquer participação; -----

---- 10. Estão cumpridos, os trâmites e formalidades legais necessárias tendentes à aprovação da alteração proposta ao PPT -----

---- Propõe-se que a Câmara Municipal delibere: -----

---- **Concordar com a versão final do projeto de alteração do Plano de Pormenor da Tapada, remetendo o mesmo à Assembleia Municipal para efeitos de aprovação, nos termos do previsto no artigo 90º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio (...).** ----

---- (Aprovado em minuta) -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, expôs o seguinte: “O que se pretende tem a ver, tão somente, com uma alteração que nós entendemos levar a cabo para possibilitar que haja investimento imediato neste local. -----

Como sabemos, este local está destinado, única e exclusivamente, para investimentos na área da saúde e da proteção civil. Isso matem-se, nada disso é alterado. A única alteração que há é que o Plano anterior apenas permitia que um interessado pudesse intervir, apenas, se todos os outros confinantes, tivessem terrenos na zona, o fizessem ao mesmo tempo. -----

Com esta alteração pretendemos que, se houve um queira hoje intervir, como todos sabemos, existe intenção de construção, a curto prazo, de um hospital privado em Fátima, que este possa avançar e que os outros avancem quando entenderem, não ficando o hospital, privado neste caso, sujeito à vontade dos outros confinantes avancarem ao mesmo tempo. -----

É esta a única alteração que aqui propomos e que me parece justa e que não impede que uns possam avançar e os outros avancem quando bem entenderem, quando tiverem intenção disso. -----

Muito obrigado” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se a intervenção por parte do membro da Assembleia Municipal, senhor: -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, na qualidade de representante do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “Perante a complexidade de um processo destes, como se imagina, a análise não é fácil. -----

Perante as palavras do senhor Presidente, não estamos a falar de uma alteração de afetação, ou seja, não haverá procedimentos de especulações de imobiliária e coisas do género na zona e tendo em conta que o investimento previsto, de imediato, e estamos a falar de um hospital privado com as vantagens a nível da saúde e de emprego no concelho, já que essa garantia está dada, não como declaração de voto, mas vamos votar favoravelmente. -----

Que fique registado em ata, segundo as palavras do senhor Presidente, que não vai haver alteração à afetação.” -----

----- **DE SEGUIDA, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.20 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – SOCIEDADE FILARMÓNICA OURIENSE – PROPOSTA DE PROTOCOLO. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 42136**, datado de **2021.06.24**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2021.06.21, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (versão atualizada), a denúncia do protocolo celebrado com a Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias, em 26 de junho de 2012. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- Foi apresentada a proposta de texto de protocolo, registada sob o n.º 27.367-A/2021, a celebrar com a **Sociedade Filarmónica Ouriense**, sediada na Rua de São João, da Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias, deste Concelho, com vista à cedência das instalações da antiga escola do 1.º Ciclo do Ensino

Básico, sitas na referida rua, a título gratuito, para atividades exclusivamente culturais, recreativas, sociais e desportivas, pelo período de cinco anos, renovável por períodos de um ano. -----

---- O processo encontra-se instruído com uma informação, datada de 16 de junho em curso, do **Setor de Património**, a propor a denúncia do protocolo celebrado com a Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias, em 26 de junho de 2012, sobre o mesmo equipamento. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.21 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – PROPOSTA DE ADENDA AO PROTOCOLO COM A FREGUESIA DE ALBURITEL. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 42268**, datado de **2021.06.25**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2021.06.21, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (versão atualizada), autorização para apoiar financeiramente, a Freguesia de Alburitel, até ao montante de 65.647,01 euros, no âmbito do projeto “Silvicultura Sustentável – melhoria da resiliência e do valor ambiental das florestas”, mediante a celebração da adenda ao protocolo. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- A 15 de outubro de 2020, a Câmara celebrou protocolo com a **Freguesia de Alburitel**, sediada na Rua Álvaro Teles, n.º 100-A, em Alburitel, deste Concelho, com o objetivo de apoiar financeiramente, até ao montante de

65.847,01€, o projeto de “Silvicultura sustentável – Melhoria da resiliência e do valor ambiental das florestas”. -----

---- Nesta reunião foi apresentado, de novo, todo o processo acompanhado com a proposta de adenda ao protocolo (registada sob o n.º 17.640-A/2021), elaborada pelo **Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, que consiste na alteração à cláusula 1.ª (Objeto), com a inclusão de dois pontos, que passam a ter a seguinte redação: -----

1. “(...)”; -----
2. O apoio financeiro, ora atribuído, contempla o I.V.A. (Imposto sobre o valor Acrescentado) da prestação de Serviços, na mesma percentagem (70%) do apoio concedido, bem como, o apoio de 100%, com I.V.A. incluído, para os serviços de fiscalização com o procedimento “Prestação de Serviços de Trabalhos Silvícolas para valorização Ambiental da Serra de Alburitel”. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.22 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – PROCEDIMENTO DE DELIMITAÇÃO ADMINISTRATIVA – FREGUESIA DE CARANGUEJEIRA (LEIRIA) E UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MATAS E CERCAL (OURÉM). -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 41899**, datado de **2021.06.24**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2021.06.21, solicitando, a este órgão deliberativo, a emissão do respetivo parecer, conforme previsto no artigo 14.º, do Decreto-Lei n.º 172/95, de 18 de julho. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- Foi apresentada a informação registada sob o n.º 39.345/2021, do **Serviço de Planeamento do Território**, a dar conta das orientações estabelecidas pela Direção Geral do Território, para efeito do designado em epígrafe, cuja iniciativa partiu do Município de Leiria. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.23 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL informou de que não se tinham verificado pedidos de intervenção, por parte do público. -----

----- Neste momento, tomando a palavra, a 1.ª SECRETÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, nos termos do n.º 3, do artigo 72.º do Regimento da AMO, questionou o plenário sobre a aprovação do texto das deliberações mais relevantes, em minuta, sendo assinadas, após aprovação, pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal. -----

----- **A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, em minuta, o texto das deliberações mais relevantes, tomadas nesta sessão.** -----

----- Concluída a ordem de trabalhos desta sessão ordinária, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL deu esta por encerrada, pelas vinte e uma horas e quarenta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de aprovada, vai ser assinada pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal, pelo Primeiro Secretário e pelo Segundo Secretário. -----

----- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O PRIMEIRO SECRETÁRIO

----- O SEGUNDO SECRETÁRIO